

Diário do Legislativo de 14/12/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 281ª Reunião Extraordinária

1.2 - 282ª Reunião Extraordinária

1.3 - 283ª Reunião Extraordinária

1.4 - Reuniões de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 281ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/12/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para discussão - Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Pastor George; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, escutei a leitura da ata, por sinal bastante extensa, da reunião anterior, que foi muito demorada - a mesma observação foi feita pelo Deputado João Leite, outro dia, acerca de outra ata. Nessa última reunião, conseguimos a aprovação de dois projetos importantes, e, embora a ata não relate o fato, é importante que nossos telespectadores e os Deputados saibam que houve essa aprovação graças a um acordo entre os Líderes da Casa. A Bancada do PT já se encontrava em processo de obstrução, e comunico que nele continuará, para que seja colocado, na ordem do dia, o plano de carreira dos professores.

Sei que isso não depende de V. Exa., Sr. Presidente, porque esse projeto ainda tramita em 2º turno, encontrando-se ainda na Comissão de Educação. Seu relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, pediu prazo até amanhã para estudá-lo melhor e consultar o futuro Governo. Estamos esperançosos de que conseguirá, para que o projeto venha para a pauta. Já temos uma reunião anunciada pelo Deputado Antônio Carlos Andrada com a equipe de transição do Governo e o Sind-UTE. Agradeço o convite que me foi feito pelo Deputado para acompanhar a reunião e esperamos um acordo para que o plano de carreira possa vir para a pauta. Até amanhã, teremos uma resposta da reunião marcada pela Comissão de Educação.

Mas, como nos encontramos em obstrução, quem ouve apenas a leitura da ata pode estranhar o fato de dois projetos de lei terem sido aprovados. Aqui me encontro para discutir a ata e, exatamente, esclarecer esse ponto: apesar de todo o processo de obstrução, fizemos acordo em torno de dois projetos: um relativo à Colônia de Hansenianos da FHEMIG e outro à política do algodão, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira, que busca aumentar o número de empregos na cultura algodoeira. Houve acordo em relação aos dois, com possibilidade de aprovação, tendo a Bancada do PT aberto mão da obstrução nesses dois casos, mas não no restante da pauta.

Ao fazer a discussão desta ata, comunico ao Sr. Presidente e aos demais Deputados, especialmente ao Deputado Antônio Carlos Andrada, que nossa Bancada, por seu Líder, Deputado Durval Ângelo, já comunicou a esta Assembléia, à imprensa e ao Sindicato dos Professores que faremos a obstrução para que o projeto relativo ao plano de carreira dos professores entre na pauta.

Solicito a V. Exa., ressaltando o compromisso que tem com os professores, que coloque o projeto, assim que sair da Comissão de Educação, imediatamente em votação. Amanhã, teremos a resposta do Deputado Antônio Carlos Andrada. Estamos torcendo para que o projeto seja aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e venha, na quarta-feira, a Plenário. Os professores aqui estarão amanhã acompanhando a tramitação do projeto. Encontram-se revoltados devido à demora na aprovação do plano a que têm direito. Certamente daqui só sairão com a aprovação do projeto. Creio que estão certos, pois esta é a Casa do povo.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como o senhor pode verificar, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos, já que temos, em Plenário, apenas 10 Deputados. Peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 21 Deputados. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a nova chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Portanto, há quórum para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com a palavra, o relator da matéria, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para emitir seu parecer.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 15.267

RELATÓRIO

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, inciso VIII, c/c o art. 70, inciso II da Constituição do Estado, opôs veto total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. As razões do veto foram encaminhadas na Mensagem nº 236/2002.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi encaminhada à Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 222 do Regimento Interno.

De acordo com o disposto no § 3º do art. 222, esgotado o prazo regimental da Comissão, a proposição foi incluída na ordem do dia, sobrestando as demais proposições até sua votação final, ressalvado projeto de iniciativa do Governador do Estado com solicitação de urgência e com prazo de apreciação esgotado.

Cabe-nos, portanto, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O Chefe do Executivo alegou motivos de ordem constitucional e de interesse público ao opor veto total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher, órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, auxiliar do Poder Executivo na fiscalização dos serviços e na recepção e no encaminhamento de denúncias, sugestões e propostas relacionados com a área de saúde da mulher no Estado, e o cargo de Ouvidor de Saúde da Mulher.

O Governador aduz que a proposição padece de vício de constitucionalidade formal, por afrontar o disposto nas alíneas "b" e "e" do inciso III do art. 66 da Constituição Estadual, que determinam como matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado a criação de cargo e função públicos na administração direta, autárquica e fundacional e a criação, estruturação e extinção de Secretaria de Estado, órgão autônomo e entidade da administração indireta.

A Constituição da República, em seu art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "e", determina que são de iniciativa privativa do Presidente da República as lei que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e a criação e extinção de ministérios e órgãos de administração pública.

Para o Supremo Tribunal Federal, é pacífico o entendimento sobre a exclusividade de iniciativa do Chefe do Executivo, bem como a competência privativa deste para exercer a direção superior e dispor sobre a organização e o funcionamento da administração. Em decorrência, compete privativamente ao Governador do Estado propor à Assembléia Legislativa projetos de lei que visem à criação e estruturação de secretarias e órgãos da administração pública (ADI 2417/SP).

Com relação à defesa do interesse público, o Chefe do Poder Executivo argumenta que a competência proposta à Ouvidoria de Saúde da Mulher já está afeta ao Sistema de Auditoria Assistencial e ao Conselho Estadual de Saúde, e o Estado não pode organizar serviços públicos com duplicidade de meios para fins idênticos, conforme determina o art. 7º, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.080, de 1990.

O Sistema de Auditoria Assistencial do SUS-MG, organizado pelo Decreto nº 36.629, de 1994, tem a finalidade de controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde prestados no Estado pelo SUS. Para isso, possui competência para informar à administração sobre irregularidades detectadas em averiguações, propor a adoção de medidas cabíveis, em conformidade com as normas próprias, e criar condições para assegurar a eficácia dos controles interno e externo e a regularidade do funcionamento do SUS. As auditorias podem ser realizadas mediante programação do próprio setor ou com base em denúncia de pessoas, órgãos ou imprensa.

O Conselho de Saúde está previsto na Lei Federal nº 8.142, de 1990, como órgão permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde. Em Minas Gerais, sua organização e atribuições foram estabelecidas no Decreto nº 32.568, de 1991.

Assim, entendemos que as alegações do Chefe do Executivo Estadual são procedentes.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto total oposto à Proposição de Lei nº 15.267.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o relator emitiu seu parecer, e pude verificar que não há quórum para iniciarmos o processo de discussão. Pediria, pois, a V. Exa. que encerrasse de plano a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Mauri Torres) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Pastor George.

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, gostaria de lamentar as razões pelas quais o Governador vetou a criação da Ouvidoria, discordando do parecer do nobre colega Deputado Dalmo Ribeiro, por entender que esse projeto é fundamental e de grande importância sob o ponto de vista da garantia dos direitos das mulheres mineiras. Essas, muitas vezes, não os conhecem por falta de informações. A Ouvidoria poderia, muito bem, quebrar esse distanciamento e essa dificuldade. Muitas vezes, por falta de informações, temos visto um número muito grande de mulheres aviltadas e privadas de seus direitos.

Estava ouvindo o nobre colega dizer que, com relação à defesa do interesse público, o Chefe do Poder Executivo argumenta que a competência proposta para a Ouvidoria de Saúde da Mulher está afeta ao Sistema de Auditoria Assistencial e ao Conselho Estadual de Saúde. Além disso, que o Estado não pode organizar serviços públicos com duplicidade de meios para fins idênticos.

Sabemos claramente que vivemos momento de transição na democracia, nos valores, em que a mulher a cada dia conquista mais o seu espaço. Porém percebemos que ainda existem muitas dificuldades e muito preconceito velado contra a mulher. Por isso, observamos que a criação da Ouvidoria não traria dispêndio significativo para o Estado e proporcionaria, naturalmente, dentro da estrutura da Secretaria da Saúde, melhores condições de vida para a mulher.

No art. 4º do projeto vemos, de forma clara, que o Deputado Luiz Menezes pretendeu que a Ouvidoria de Saúde da Mulher recebesse e encaminhasse informações, denúncias e sugestões e ainda desenvolvesse programas e campanhas de educação visando levar a compreensão sobre os direitos dos procedimentos disponíveis para seu exercício e dos novos endereços para apresentação de queixas e sugestões, mantendo meios ágeis de comunicação, como foi colocado no projeto do telefone 0800, Disque Ouvidoria de Saúde da Mulher, que daria às mulheres um serviço de acesso para que pudessem, de alguma forma, manifestar-se.

Não obstante temos visto, todos os dias, estampada nos jornais a violência contra as mulheres, seja a violência doméstica ou a violência no trabalho, através do assédio sexual e moral, que hoje é uma realidade em nosso País.

Além dessa questão de manter meios ágeis de comunicação, como é o caso do 0800, que é o Disque Ouvidoria de Saúde da Mulher, a Ouvidoria teria também a prerrogativa de dar proteção à usuária, dar garantia da qualidade dos serviços prestados. São condições que poderão ser resolvidas pelo Governo, perfeitamente, se quiser.

Há questões como aulas sobre o tema "saúde da mulher", atendimento pessoal na Ouvidoria, a Internet ... são sugestões importantes que a Ouvidoria traria para essa conquista maior do nosso Estado.

Com relação ao vício de iniciativa, sabemos que pelo art. 70 da Constituição do Estado, se o Governador quiser, sanciona a lei, e o Projeto perde o vício de iniciativa. Portanto, se o Governo quiser, a Ouvidoria de Saúde da Mulher passa a existir de fato no nosso Estado.

Lamento muito pelo veto e mais ainda que o nobre colega Dalmo tenha mantido no seu parecer o veto, pois perdemos muito com isso. Vejo aqui, mais uma vez, se os nobres pares mantiverem o veto, uma oportunidade enorme de avanço social importante, para que a mulher mineira possa...

O Deputado Marco Régis (em aparte)* - Caro companheiro, Deputado Pastor George, valoroso Líder do PL, gostaria de estar sintonizado com V. Exa., neste momento em que discutimos o veto apostado à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher, projeto oriundo do decano deste parlamento, Deputado Luiz Menezes, do PPS.

Entendo como V. Exa. e discordo do parecer do nobre relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quando diz que a área de saúde da mulher é de competência da Lei nº 8.080/b90, justamente a lei que criou o SUS, bem como, e principalmente, da Lei nº 8.142/90, promulgada em seguida, que cria o controle social na área de saúde. Uma coisa é o Controle Social; outra, é a Ouvidoria. A Ouvidoria estará aberta como um canal de comunicação para receber os reclames e as vozes da população.

Ao contrário, no Conselho Estadual de Saúde - do qual tive a honra de ser Conselheiro e Secretário-Geral no período de 1995 a 1997 -, toda a pauta da saúde é discutida, inclusive os projetos que tramitam na Assembléia Legislativa. Assim, o Conselho toma conhecimento dos assuntos, antes da votação dos projetos aqui na Casa. Tenho muito respeito pelos organismos criados para controle social, mas com algumas ressalvas. Não acredito que esses organismos de controle social tenham a plenitude e o poder deliberativo, já que, em certos momentos, substituem os parlamentos, seja no Município, no Estado ou em nível nacional. Nesse sentido, algumas mudanças e ressalvas têm que ser feitas.

Quero estar afinado com V. Exa. ao discordar do parecer do relator sobre a criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher. No meu entendimento, Ouvidoria e Controle Social são coisas distintas. O vício de origem é muito relativo. Quando há interesse do Governo, esse vício é suplantado. Sabemos que muitos projetos de lei prosperam aqui nesta Casa, embora contenham vício de iniciativa. Às vezes, o parecer da CCJ não é soberano. O Plenário, sim, é soberano, porque quando esses pareceres de inconstitucionalidade são incluídos na pauta, é este órgão que os derruba.

Portanto, entendo que devemos lutar pela tramitação desse projeto, derrubando o veto do Governador.

Agradeço a sua gentileza e paciência. Como o seu tempo é longo - uma hora -, me manifestei tranqüilamente. Muito obrigado.

O Deputado Pastor George* - Quero parabenizar o Deputado Luiz Menezes pela sua compreensão de que o projeto visa realmente assegurar direitos às mulheres. O custo financeiro da criação do Ouvidor representa muito pouco em relação aos benefícios que a lei trará. Aliás, não é a primeira vez que o Governador Itamar Franco veta a criação de uma Ouvidoria. Lembro-me de que, no início desta legislatura, quando entramos com o projeto de criação da Ouvidoria do Sistema Penitenciário - é lamentável que esta Casa tenha mantido o veto do Governador -, já se falava da situação difícil por que passava o sistema prisional em Minas Gerais. Era necessária a criação de uma Ouvidoria para acompanhar com atenção a vida prisional, porque hoje, infelizmente, não só em Minas Gerais, mas no Brasil inteiro, tem-se um sistema prisional falido, combatido. A necessidade de reformas é uma urgência. Entendíamos, naquele momento, que a Ouvidoria do Sistema Penitenciário seria um passo importante para que nosso Estado tivesse os problemas do dia-a-dia resolvidos, a começar por uma triagem entre bandidos de alta periculosidade e bandidos de baixa periculosidade, até a busca de soluções para o problema do preso que já cumpriu sua pena mas que, por questões burocráticas, não consegue o alvará de soltura, não consegue a liberdade, mesmo já tendo pago pelo seu erro. Situações como essas nos levaram, no início desta legislatura, a apresentar um projeto que foi aprovado por esta Casa, que teve uma aceitação enorme até pela Ouvidoria de Polícia - na época, lembro-me de que foi feito um Substitutivo, para evitar gastos para o Poder Executivo. Iríamos criar, portanto, a Ouvidoria de Polícia e do Sistema Penitenciário. Estou vendo que as razões alegadas, à época, pelo Governador são as mesmas de hoje. Alegou vício de origem, que o projeto teria de ser de iniciativa do Executivo, e não desta Casa. Entretanto, se o Executivo não está tendo competência para enxergar essas demandas, acredito que esta Casa, como um Poder que deve ter autonomia e, principalmente, caminhar junto com o Poder Executivo, colaborando com ele, estava demonstrando ao Governador que depois de várias discussões, o projeto pronto, caberia ao Poder Executivo sancioná-lo. Mas o Governador Itamar Franco vetou a criação da Ouvidoria do Sistema Penitenciário, o que foi lamentável. Não conseguimos derrubar o veto e, agora, o Governador veta a criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher. Em recente visita à OAB de Minas Gerais, ouvimos, por parte da comissão da OAB que cuida da mulher, o apelo para que, de alguma forma, reagíssemos a esse veto, por entender que essa Ouvidoria é muito importante para a saúde da mulher em Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pela forma eficiente com que V. Exa. defende o projeto de sua autoria e automaticamente solicita da Casa a derrubada do veto apostado pelo Governador. Quero dizer ainda que desde já pode contar com o meu voto. Entendo que a Ouvidoria de Saúde da Mulher...

O Deputado Pastor George* - Uma correção, Deputado. Esse projeto é do Deputado Luiz Menezes.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Perfeito. Esse projeto cria um órgão extremamente importante para que a mulher possa ter mais uma forma de fazer prevalecer seus direitos e projetos que aqui foram aprovados, principalmente na área da saúde, que são aprovados, mas, infelizmente, não são colocados em prática.

Quero chamar atenção para esse fato, Deputado Pastor George. Fiz um levantamento na Comissão de Saúde dos projetos de iniciativa dos parlamentares que foram aprovados, mas se tornaram leis mortas, engavetados, esquecidos na Secretaria, no Poder Executivo, porque nunca

foram colocados em prática. Se o Deputado me permite, vou citar alguns casos. Sou autor de um projeto que se tornou uma lei estadual, que cria a obrigatoriedade de o Estado atender à mulher, na área da saúde, principalmente na prevenção do câncer de mama e do câncer de colo do útero.

Essa lei foi amplamente discutida e pioneira entre todos os Estados brasileiros, porque obriga o Estado a investir. Por exemplo, obriga o Estado a criar centros de saúde específicos para que a mulher possa ser atendida por um médico especialista e para que comece a fazer a prevenção do câncer de mama e do colo do útero. Aí, ela poderá ter acesso a exames sofisticados. Uma mamografia, para nós brasileiros, é um exame sofisticado, mas em outros países, é um exame de rotina.

No Brasil, feliz é a mulher que tem condição de ter acesso a uma mamografia em tempo hábil, porque, a lista de espera, às vezes, é de três a quatro meses. A mulher que passa por cirurgia mutilante precisa ter direito aos tratamentos cirúrgico e reparador. Essa lei permite à mulher que retira uma mama, quando o câncer está em estado avançado, fazer uma cirurgia plástica reparadora. A lei existe, há quatro anos, mas, se a mulher chegar a qualquer hospital de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, Montes Claros, etc. para fazer a cirurgia, precisa, primeiro, contar com a boa vontade do médico.

Se o médico tiver a boa vontade de atendê-la, fazer o diagnóstico e realizar cirurgia pelo SUS, a mulher pode dar graças a Deus pela oportunidade que teve. Então, primeiro, a mulher tem que contar com a boa vontade do médico. Segundo, deve haver o serviço especializado. Nem todas as cidades têm um serviço especializado. Em terceiro lugar, faltam o respaldo e a fiscalização do Estado.

Há também o projeto de prevenção de próstata, de nossa autoria, que está tramitando, mas acho que esse projeto vai cair na mesma situação. Essa lei vai obrigar o Estado também a assistir o homem.

Temos ainda a lei de assistência aos portadores do vírus da AIDS. O Estado é obrigado a fazer os exames, mas, muitas vezes, não o faz, descumprindo uma lei que foi aprovada pela Assembléia Legislativa. Essa Ouvidoria será uma porta aberta para a mulher manifestar a sua satisfação ou a sua indignação com o que está acontecendo. Nessa instituição, a mulher poderá reivindicar que as autoridades venham em seu socorro. Vai ser uma forma até de evitar que a mulher procure o Ministério Público.

Neste País, a mulher está em segundo plano, assim como os homossexuais e os negros. Temos obrigação de ir ao encontro das mulheres mineiras, para que possam ter vez e voz, por meio de projeto de lei. O meu voto é tranqüilo. Defendo a tese de abolirmos a votação secreta nesta Casa, a qual serve apenas para esconder algo. Os votos que dizem respeito à derrubada de veto e a projetos polêmicos não podem ser secretos. Estamos aqui para expressar o nosso sentimento e posição em favor do povo. O meu voto é contra o veto do Governador, pois trata-se de projeto social que merece a atenção da Casa.

O Deputado Pastor George* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, que, a exemplo do Deputado Marco Régis, é defensor árduo dos interesses do povo de Minas Gerais.

Lamento que tenha sido vetada a Ouvidoria. Esta Casa tem o dever de derrubar o veto, apesar de o relatório do Deputado Dalmo Ribeiro Silva ser a favor da sua manutenção, dando grande mostra de cidadania e de conquista dos direitos da mulher, que é maioria em nosso Estado e em nosso País.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Fico feliz ao vê-lo discutindo um projeto de tamanha importância social, com toda a serenidade que lhe é peculiar e com todo o sentimento cristão de apoio à não-discriminação. Vejo nas galerias os assessores de V. Exa. e do Deputado Luiz Menezes. Creio que esse projeto nasceu de belíssima reunião ocorrida na Comissão de Saúde, no ano passado, quando ainda exercia a Presidência desta. Nessa reunião emocionante, o Deputado Luiz Menezes discutiu o assunto "mulher" com diversos organismos representativos, até mesmo de outros Estados. E o Governo deu uma "canetada" muito forte, que é própria do sistema presidencialista, no qual o Poder Executivo é muito forte. A mesma caneta que realiza, também destrói. Quando Prefeito, deixei bons projetos para o meu município, mas o Prefeito seguinte, oposto ao meu Governo, destruiu tudo o que realizei, até mesmo a belíssima previdência municipal, autarquia com que o servidor da minha terra estaria muito bem.

Deputado Pastor George, houve um episódio dramático a que assistimos pela televisão na semana passada. O Governador, saindo de solenidade no Palácio da Liberdade, foi cercado pelo público.

De repente, uma servidora designada começou a fazer apelos, com lágrimas: "Sr. Governador, o senhor é um homem de poder e de coração. Quando deitar, peço que o senhor pense, em seu travesseiro, o que pode estar causando para toda uma classe.". Diante das câmeras de televisão, essa servidora designada, que não logrou passar nesse maldado concurso, fez um apelo dramático. Não sei por quem ele foi patrocinado, pois o Governador, naquele momento, disse: "Bem que eu não queria esse concurso", e suas palavras foram registradas pelas câmeras. Perguntei informalmente ao Líder do Governo, durante um almoço, quem queria esse Governo, mas não revelarei sua resposta. Ele também tem suas dúvidas, mas o certo é que algumas entidades sindicais são culpadas, e temos que responsabilizá-las pelo sofrimento dessas pessoas e até por mortes que poderão acontecer, quando os designados da educação, que não lograram passar no concurso, forem jogados na lata do lixo, depois de terem trabalhado 10, 15 ou 20 anos. Portanto, as entidades sindicais, assim como o Governo, têm responsabilidade comum por jogarem essas pessoas na rua.

Meu grande questionamento, nesta tarde, é sobre a canetada mencionada pelo Deputado Carlos Pimenta: Não houve violência maior contra a Constituição Federal, quando ocorreu a manipulação do Congresso, para quebrar a estabilidade dos servidores públicos do País, Deputado? A maior violência para quem defendia a estabilidade dos servidores foi a sua quebra pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. E, se um Governo é capaz de quebrar a estabilidade e fazer emendas constitucionais, como também fazemos aqui permanentemente, que violência teria um dispositivo constitucional para enquadrar esses designados da educação, esses contratados, com tantos anos de serviço?

Certo dia, uma senhora disse aqui que tinha 36 anos de contrato. Como um Estado, sujeito ao art. 37 da Constituição Federal, segundo o qual "A admissão no serviço público se dá por concurso", pode agir assim? Ele mesmo não respeitou a Constituição, que determina que o contratado só pode ter seu contrato renovado por uma vez. A mesma Constituição que serve para uma causa não serve para outra.

Por isso, afirmo que a Constituição está nas mãos de quem tem o poder e entendo a democracia como um instrumento relativo, já que, na verdade, é um instrumento de quem detém o poder. Muito obrigado.

O Deputado Pastor George* - Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Pastor George - Sr. Presidente, observando que não temos quórum para a continuidade dos trabalhos, peço, de plano, o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados, venho à tribuna para discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. É preciso, antes de expor os motivos técnicos que nos levam à discussão desse veto, anunciar, mais uma vez, que o Deputado Durval Ângelo já fez isso na reunião passada e o PT continua obstruindo, até que o plano de carreira dos professores e dos demais trabalhadores da educação venha à pauta neste Plenário.

Esse projeto já se encontra em discussão nesta Casa há pelo menos dois anos, e não se chega a conclusão alguma. Muito se discutiu a respeito de plano de carreira, mas projetos jamais foram votados. Recentemente, quando tudo parecia acertado, o projeto chegou até a Comissão de Educação, a pedido do Deputado Paulo Piau, mas, infelizmente, foi designado relator o Deputado Antônio Carlos Andrada. Digo infelizmente porque, sendo Líder do PSDB, solicitou prazo. Estamos temerosos de que esse projeto não venha a Plenário, embora haja compromisso do Presidente e de todos os Líderes partidários, com exceção, talvez, do PSDB, que insiste em fazer com que o projeto não seja votado.

Nossa obstrução tem o objetivo de mostrar ao povo que aos professores é necessário dar o tratamento que merecem, não o de engavetar, mas o de discutir e aprovar o projeto para que tenham as condições e garantias de um plano de carreira. O Deputado Antônio Carlos Andrada perguntou qual o custo e disse que a aprovação não deveria ser feita porque não se conhece o custo do plano de carreira. Pela enésima vez, não existe custo no plano de carreira dos professores, pois não existe tabela salarial, sem a qual não se pode executar o plano. Portanto, não havendo gasto, deveríamos aprová-lo, e, posteriormente, o Governador Aécio Neves enviaria a tabela no prazo, se não de 60 dias, pelo menos um prazo que fosse objeto de acordo. Não podemos engavetar o projeto.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, para discutir o projeto que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher, seria necessário que houvesse Deputados no Plenário. V. Exa. pode verificar que há apenas dois Deputados ocupando as cadeiras, os Deputados Durval Ângelo e Paulo Piau, além dos que compõem a Mesa. Três, quatro, cinco, seis, e eu, que falo da tribuna. São sete ou oito Deputados, no máximo. Pediria que terminasse, de plano, a reunião para que eu pudesse explicar esse plano de carreira e mostrar, para todos os Deputados que ele não acarreta gastos, a fim de que também o Deputado Antônio Carlos Andrada possa convencer-se de que esse projeto não tem custo.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 21 Deputados; portanto não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 282ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/12/2002

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso da Deputada Maria José Haueisen; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Aauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-

Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Álvaro Antônio, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Como podemos verificar, esta é uma ata menos extensa do que a que foi lida na reunião da tarde, até porque expressa exatamente o que aconteceu nessa reunião: foi rápida. Mas foi uma reunião em que houve muita insistência de minha parte para que se verificasse a existência de quórum, a fim de que pudessemos prosseguir nossas discussões e votações. Então, reiteradamente, solicitei que fosse feita a verificação de quórum, e, como Exa. pode confirmar pela ata, por quatro ou cinco vezes, pelo menos, foram feitas chamadas para verificação de quórum, quase todas solicitadas por mim, e uma pelo Pastor George. Ao final, constatamos que realmente não havia, por parte da Assembléia Legislativa, vontade política para votar hoje as matérias que constam na pauta.

O Sr. Presidente - Solicito ao ilustre Deputado que se atenha ao conteúdo da ata. Se há observação ou retificação a ser feita...

O Deputado Rogério Correia - São várias observações que faço. V. Exa. pode ver que estou exatamente discutindo a ata.

O Sr. Presidente - Até o presente momento, o ilustre Deputado não apontou nenhuma retificação. E, uma vez que temos uma pauta extensa, solicito que se atenha às observações e retificações que queira fazer com relação ao conteúdo da ata.

O Deputado Rogério Correia - Estou me referindo ao conteúdo da ata, Presidente. E o Regimento Interno me garante discuti-la pelo prazo de 5 minutos, e é exatamente isso o que estou fazendo.

Durante todo o processo de discussão, estou apontando o que a própria ata descreveu. Comecei dizendo isso em relação às várias e sucessivas vezes em que pedi verificação de quórum, como consta na ata. O Pastor George também o fez. Parece-me que não consta que o Pastor George teria também pedido a verificação de quórum. Mas a Presidência insistiu que era necessário haver a continuidade. É claro que a ata não escreve isso, mas me pareceu claro que, de fato, não havia vontade política da grande maioria dos Deputados de estar presente para votar os projetos, embora estivessem na Casa. Embora as chamadas tivessem sido feitas, como aponta essa ata, por isso a discuto, os Deputados não compareceram. Essa vontade que existia subentendida na ata é devido à não-concordância de grande parte dos Deputados com o processo de engavetamento do plano de carreira dos professores. Há, portanto, nítida obstrução feita, inicialmente, pela Bancada do PT e por outros adeptos que querem que esse projeto seja votado e que se estabeleça um plano de carreira para os professores. Infelizmente, isso tem encontrado óbice, principalmente pelo PSDB, que não sente segurança na aprovação de um plano importante como esse. Estamos abrindo um processo de negociação. Discutimos hoje longamente com a comissão de transição, convidados que fomos pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, composta de representantes designados pelo Governador Aécio Neves. Não chegamos ainda a nenhuma conclusão, mas não podemos, no meu entender, deixar essa legislatura sem que um acordo real seja feito, um acordo que satisfaça aos professores. É claro que, ao discutir a ata, ao fazer observações sobre o seu conteúdo, muitas vezes não fica claro esse processo de obstrução. Isso deveria nela constar. Queria, ao fazer a discussão do seu conteúdo, que V. Exa. fizesse constar que a Bancada do PT, desde o início, participou do processo de obstrução, com um objetivo claro, não uma obstrução pelo obstrução apenas, mas com um objetivo político muito concreto, ou seja, fazer com que o plano de carreira dos professores se torne realidade, mesmo que ainda sem tabela e com os problemas que enfrenta.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, V. Exa. pode observar que não há número regimental. Peço a V. Exa. que, de plano, encerre a reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para a continuação dos trabalhos. Não havendo retificação a ser feita nem quem mais sobre a ata se manifeste, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero continuar a discussão do Veto Total, do Governador do Estado - Sr. Itamar Franco -, à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. Infelizmente - e aqui já externo a minha opinião - o Governador vetou essa proposição. Digo infelizmente porque julgo que o projeto de criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher é avançado. Por isso não concordo com as razões do veto e com o parecer dado pelo ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que opina por sua manutenção. Essa Ouvidoria, certamente, deve ter guarida. Não compreendo como justas as razões do veto aposto.

Mas, Sr. Presidente, antes de entrar na discussão desse veto, gostaria de lembrar que a Bancada do PT está em processo de obstrução dos trabalhos. "En passant", enquanto discutia a ata da reunião anterior, já citei isso. Mas acho que nunca é demais apresentar as razões dessa obstrução, porque são mais do que justas.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, nesta legislatura que termina, tem uma dívida grande para com os professores do Estado, pois ainda não aprovou o seu plano de carreira, embora tenha se posicionado pela sua aprovação. Autorizamos uma lei delegada para que o Governador Itamar Franco concedesse reajuste para as diversas categorias do funcionalismo público. O Governador assim procedeu: por delegação, concedeu um reajuste diferenciado para o funcionalismo público e para a carreira do magistério, sendo que esse reajuste foi maior para os que estavam no início de carreira e quase nenhum para os que estavam em final de carreira. Isso fez com que a carreira dos professores fosse achatada ou praticamente deixasse de existir.

No entanto, após esse reajuste diferenciado, o Governo se comprometeu a enviar um plano de carreira para corrigir essa injustiça e essa distorção. Demorou demasiadamente a fazer isso. Assim, apresentei um projeto para que essa discussão fosse realizada e que obrigasse o Governador a enviar, para esta Assembléia, o plano de carreira dos professores. Depois da segunda greve consecutiva dos professores, o Governador enviou o plano de carreira sem a tabela de piso salarial.

É importante falar isso porque o Deputado Antônio Carlos Andrada sempre pergunta qual é o custo. Ora, o custo é zero. Enquanto não houver tabela, não há custo. Só o próximo Governo enviará a tabela e, para isso, poderá ter todo o tempo que desejar. Poderemos até ampliar esse prazo de 60 para 180 dias. Já propus isso ao Deputado Antônio Carlos Andrada como acordo, para que consulte o Governador Aécio Neves. Portanto, o custo é zero até a remessa de uma tabela a ser discutida com o sindicato.

Acho que está faltando vontade política real para resolver esse problema. Nós, da Assembléia Legislativa, temos um compromisso para com os trabalhadores da educação: fazer com que o plano de carreira seja votado, ainda que sem tabela. É esse o apelo que estamos fazendo. A Bancada do PT está obstruindo a pauta, e isso já foi anunciado pelo nosso Líder, Deputado Durval Ângelo. Vários Deputados do PT já estão inscritos para discutir esse e os outros vetos da pauta.

A nossa vontade, Sr. Presidente, colegas Deputados, é uma vontade séria a fim de que nada seja aprovado daqui para frente se o plano de carreira da educação não for desengavetado na Comissão de Educação. Esperamos que isso possa acontecer amanhã. Estamos confiantes que o Deputado Antônio Carlos Andrada vai nos dar uma solução amanhã, ele que é o Líder do PSDB nesta Casa. Estamos convencidos de que é possível uma solução.

Estamos propondo também ao Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que, na verdade, possa ele também fazer um acordo para que o Governador Itamar Franco deixe ao Governador eleito, Aécio Neves, a sanção do projeto. Isso significa que terá tempo, para, se quiser, achamos que não deva ter, colocar algum tipo de veto, a partir de um estudo mais completo. Então, vejam que queremos resolver o problema e estamos dando soluções políticas, até para que não digam que a posição do PT é simplesmente dizer não e opor-se ao que o Governo do PSDB já acena fazer, que é não dar ao professorado o seu plano de carreira. Estamos, portanto, também dando soluções políticas a essa questão.

Então, Sr. Presidente, a nossa posição de obstrução é para que esse plano de carreira venha a Plenário da Assembléia no seu 2º turno. Não é possível que esse plano fique engavetado numa comissão exatamente no final dos nossos trabalhos. Portanto, peço não apenas aos Deputados do PT, que já estão engajados nesta discussão, mas também a outros Deputados que têm sensibilidade para a causa da educação para que possam nos ajudar. O Deputado Sargento Rodrigues já nos deu o seu aval, dizendo que vai ajudar-nos na obstrução, assim como o Deputado Marco Régis, que já está nesse processo também, o próprio Deputado Pastor George, que nos ajudou muito hoje na obstrução discutindo esse veto, o Deputado João Leite, que está sempre em defesa das causas justas aqui na Assembléia Legislativa e também estará conosco. Enfim, que todos os Deputados possam ajudar-nos nessa obstrução, porque, estou convencido, é a única forma de o projeto realmente vir ao Plenário desta Casa.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, estou acompanhando a discussão que V. Exa. faz do Veto Total do Governador do Estado à Proposição de Lei nº 15.267, que trata da criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher. Quero concordar com V. Exa. em que é um equívoco do Governador vetar um projeto tão importante que trata da saúde da mulher, com todas as suas especificidades, pois eu considerava ser esse um projeto importante; esperava, portanto, a sanção governamental. Esse é mais um dos equívocos do Governo.

Eu esperava a divulgação da tabela do IPVA e, especialmente, o aumento na cobrança da taxa de licenciamento de veículos, votada de afogadilho no final de um desses anos para trás. Votamos contrariamente a essa taxa, que, agora, tem um aumento de mais de 17% este ano, o qual os contribuintes proprietários de veículos automotores do Estado de Minas Gerais terão de pagar. Então, considero um equívoco esse veto, como o é o aumento dessa taxa de licenciamento de veículos, à qual fomos contrários.

Assim, é um aparte que fazemos de apoio ao discurso que V. Exa. faz da tribuna contrário a esse veto do Governador, assim como somos contrários também à política desse Governo que traz para o povo, no seu final esse "presente de Papai Noel", que é o aumento da taxa de licenciamento, que tivemos a oportunidade de discutir muito aqui no Plenário e dizer da injustiça que ela representa, porque ela cobra o mesmo valor daquele que tem um automóvel de luxo e daquele contribuinte proprietário de um veículo mais simples. Então, aqueles veículos que não tiveram nenhuma valorização terão que pagar o mesmo que aqueles que compraram um veículo 0km, que têm melhor condição financeira.

É injustiça muito grande, como também o é para com a mulher o veto a este projeto. É injustiça também com a educação o envio do plano de carreira no último ano de Governo, depois de quatro anos, num ano eleitoral, estando a Assembléia com vários projetos a serem discutidos. Esse plano é importante para a educação e para os nossos professores. Continuaremos acompanhando esta manifestação que V. Exa. faz tão brilhantemente da tribuna. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, temos apenas 16 Deputados em Plenário, aliás, menos, porque um Deputado se retira neste momento. Então, solicito a V. Exa. que verifique, de plano, a inexistência de quórum e encerre a reunião, porque este assunto precisa ser discutido pelo conjunto dos Deputados. Tenho respostas a dar a indagações que me têm sido feitas.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, existe número regimental para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a verificação do quórum porque precisava de número maior de Deputados para escutar a nossa argumentação e a motivação que nos leva a essa obstrução. Aproveito que agora já existe número desejável de parlamentares em Plenário, especialmente para responder a indagação feita por muitos Deputados, inclusive pelo Deputado Antônio Carlos Andrada: qual o custo do plano de carreira? Para que não tenha dúvidas, afirmo que o custo é zero, até que venha uma tabela a ser votada por esta Casa. O que se está propondo é que o próximo Governador envie a tabela salarial dos professores. Portanto, o futuro Governo é que terá condições de fazer as contas, discutindo com a categoria e evitando constrangimentos maiores, como a greve. Cabe ao Governador enviar à Assembléia tabela possível de ser efetuada e, a partir de então, estabelecer o plano de carreira dos professores - que só passaria a ser implementado após o envio dessa proposta e depois de sua aprovação por esta Casa. Dessa forma, ainda não há que se temer o custo desse plano, porque o próximo Governo agirá de acordo com as finanças que tem.

Acho que não está havendo real compreensão da importância desse plano de carreira. Querida, Sr. Presidente, reforçar a tese de que esse foi um plano de carreira exaustivamente discutido. Houve uma comissão paritária entre com representantes do sindicato e do Governo...

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - V. Exa. me concede um aparte? Está discutindo o veto ou o plano de carreira? Está havendo uma confusão para nós. Tem a palavra para discutir o veto e está discutindo o plano de carreira. Seria bom que explicasse isso e que o Presidente policiasse o discurso de V. Exa., porque o Regimento diz que o orador deve ater-se à matéria em discussão.

O Deputado Rogério Correia - Exatamente, Deputado Ermano Batista. Foi bom que lembrasse isso, mas V. Exa. não estava presente no início da discussão e não prestou atenção na linha de argumento. Infelizmente, chegou um pouco atrasado para a reunião. Explicava exatamente o motivo que me trazia a discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, do Governador do Estado. Falei longamente sobre um dos motivos que me trazem a discutir e a negar o veto. Infelizmente, V. Exa. não escutou. Além do seu conteúdo, sobre o qual falarei a seguir, há também o problema da obstrução, um instrumento regimental que V. Exa. conhece. Nós, da Bancada do PT, estamos fazendo obstrução para forçar que o plano de carreira dos professores venha à pauta. É evidente que, ao discutir o veto, também estamos fazendo um movimento de obstrução da pauta para que o plano chegue até aqui. Por isso, o Presidente atual, Deputado Mauri Torres, e o anterior, Deputado Álvaro Antônio, compreenderam muito bem a linha de raciocínio que liga a discussão desse projeto ao plano de carreira, ou seja, exatamente a obstrução. Termina essa explicação dizendo que esse foi um plano de carreira exaustivamente discutido entre o Governo e o sindicato. Chegou-se a uma conclusão, mandou-se o projeto, e não é possível que, nesta legislatura, tratemos o professorado simplesmente engavetando um plano de carreira tão discutido.

Não se pode simplesmente dizer que mudará o Governo e que o que foi discutido com o sindicato e com os professores não tem mais validade. Não é possível. As discussões foram feitas em torno de um problema concreto, a ausência de carreira dos trabalhadores da educação. A própria LDB da Educação obriga que haja um plano de carreira.

Portanto, não é possível que isso passe em branco e que não tenhamos a obrigação de forçar o projeto a vir a Plenário. Foi aprovado em 1º turno e, no meu entender, o projeto de lei que institui a carreira deve vir para o 2º turno. Não pode haver apenas a vontade de um único Deputado a travá-lo na Comissão de Educação, impossibilitando que os outros 76 tenham também o direito de dizer "sim" ou "não" ao plano de carreira.

Estou confiante, sei que o Deputado Antônio Carlos Andrada nos trará uma solução. Estamos apresentando propostas para que, do ponto de vista político, possamos resolver isso, resguardando o direito de o futuro Governo examinar, então, aquilo que deseja, o custeio do plano de carreira. Caberá, portanto, ao próximo Governador enviar a tabela. A sugestão que faço é que, ao invés de 60 dias para o envio da tabela, o próximo Governo tenha 180 dias e o poder de sanção fique também para o futuro Governador. Se for o caso, pode sancionar completamente ou vetar parcialmente, enfim, ter a liberdade para fazer um exame mais pormenorizado do plano de carreira.

Acho fundamental que a Assembléia Legislativa se posicione. Os professores estão vindo amanhã para a Assembléia, em número muito grande. São caravanas do interior do Estado. E vêm ansiosos, na expectativa da aprovação do plano de carreira. Alguns mais exaltados falam até em montar acampamento na Assembléia Legislativa. Precisamos estar preparados para isso, porque a revolta dos professores é grande, e esta Casa não pode decepcionar o professorado mineiro. Devemos recebê-los bem, acho que vêm para ficar, querem uma solução e estão corretos. Portanto, devemos nos preparar para que a caravana seja bem recebida na Assembléia. Certamente comparecerão com seus apitos e farão outras manifestações democráticas, Deputado Paulo Piau. Virão exercer democraticamente seu papel de convencimento dos Deputados sobre a necessidade do plano de carreira.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço o aparte ao Deputado e queria dizer que, neste final de ano, temos alguns assuntos que merecem ser tratados com bastante responsabilidade. Já nos manifestamos favoravelmente à lei delegada, porque achamos que o futuro Governador tem de ter toda liberdade de promover uma reforma, não por uma questão administrativa, mas por um imperativo da própria folha de pagamento, que já ultrapassa 73% da receita. Continuamos sendo favoráveis, da mesma forma que também delegamos esse poder a Eduardo Azeredo e a Itamar Franco. Para mim, essa questão do Aécio Neves é vencida.

Com relação ao plano de carreira, entendo que temos de procurar exaustivamente o diálogo. Não posso acreditar que vamos tratar um assunto tão grave dessa forma: o lado do Governo com uma posição definida, e a Oposição, representada pelo PT, também com uma posição definitiva. É importante que haja o diálogo.

É necessário que esta Casa se conscientize, porque discutimos esse plano de carreira durante muitos meses.

O Deputado Rogério Correia - Dois anos, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Vinte e quatro meses. Acabei de confessar ao Líder do PSDB, meu amigo Antônio Carlos Andrada, que no momento da votação meu voto será absolutamente transparente e favorável a que o plano de carreira seja aprovado, em respeito a milhares de trabalhadores da área da educação que participaram de reuniões e discutiram conosco. Não podemos nos furtar a esse compromisso. Falo em meu nome e acredito que a bancada do meu partido deve me acompanhar, pois temos uma posição tranqüila com relação a isso.

Acho que esse jogo de Oposição e Situação e de obstrução é regimental e faz parte do processo democrático. Mas tem de haver um denominador comum para que possamos encontrar uma solução. O Governador eleito, Aécio Neves, terá a responsabilidade de elaborar uma tabela, e isso é importante. Mas parto do pressuposto de que o plano de carreira não quer dizer simplesmente que haverá um aumento de despesas. Estamos concedendo aos professores algo que perseguem há muitos anos, ou seja, uma estabilidade que outros Estados já têm, mas que Minas não possui.

Já disse também várias vezes que vamos desfraldar, no próximo ano, a bandeira da saúde, porque os seus profissionais não têm um plano de carreira. Um médico, ao iniciar seus serviços no Estado, Deputado Rogério Correia, recebe um salário de fome. E existem tantas outras distorções. O nosso objetivo, em 2003, é desfraldar a bandeira da área da saúde e proporcionar aos profissionais um mínimo de respeito e estabilidade.

Então, o meu voto será absolutamente consciente. Não estamos aqui pensando no jogo de Situação e Oposição, mas assumindo a responsabilidade de uma discussão que já vem se arrastando por longos anos e que esperamos tenha um desfecho antes do final do ano. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Agradeço a V. Exa. porque sabia que não poderia ter, por parte de V. Exa., outra atitude que não o apoio a este plano de carreira dos professores que, repito e concordo com V. Exa., temos que discutir. Por isso, já deixei duas sugestões para que o PSDB e o Deputado Antônio Carlos Andrada, junto à equipe de transição, possam estar defendendo.

Não dá simplesmente para dizer que o plano de carreira foi elaborado e discutido com o Governador Itamar Franco, mas que agora Aécio Neves não tem nada a ver com o plano. No caso, não podemos esperar que essa seja a posição, porque não é séria. É claro que o plano de carreira foi discutido com o Governador Itamar Franco, portanto o próximo Governador não pode fingir que essa discussão foi uma mera brincadeira e dizer que nada tem que ver com um plano que foi amplamente discutido.

Agradeço o aparte do Deputado Carlos Pimenta na certeza de que teremos um final satisfatório para os professores, mas que resguarde - e eu concordo - que o próximo Governo tenha condições de examinar o gasto. Por isso estou propondo que a tabela tenha um tempo maior para ser implementada, que ao invés de 60 passe para 180 dias. E que o poder de sanção fique com Aécio Neves para que possa perceber o que significa cada custo e cada um dos artigos. É uma proposta mais do que razoável, a não ser que não haja vontade política de resolver o problema, porque custo não terá. E o Governador terá instrumentos para que, caso ache que haja custo, possa vetar e discutir o assunto posteriormente com a categoria dos professores.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Rogério Correia, V. Exa. está fazendo a sua parte quando fala da lei delegada. Repito que o Aécio Neves tem de viabilizar o início do seu Governo e precisa ver quais são as suas necessidades reais. A Assembléia Legislativa vai ficar atenta a essa lei delegada.

Quando discutíamos o plano de carreira, na última semana, com as galerias cheias, recebi uma vaia que não recebia havia muito tempo. Então, lembrei-me de que João Leite também tomava vaia, no Mineirão, quando tomava aqueles peruzinhos, de 60 mil, 70 mil torcedores. Quando tomei aquela vaia, um líder sindical de cujo nome não me lembro agora - e olha que o conheço há muito tempo - gritava da galeria: "Deputado, não pode falar mais nada porque perdeu a eleição". Olhei e o vi com o cabelo pretinho. Na Câmara Municipal, o seu cabelo era branco, mas agora está com o cabelo preto por causa da tinta que passa.

A grande maioria não pode ser prejudicada, mas, desde aquela hora, comecei a achar que esse projeto deveria ser votado na próxima legislatura. Na Casa, como eu, há 31 Deputados que não tiveram condições de ser reeleitos. Falo isso com muita tranquilidade porque acho que não perdi uma eleição. Tive uma votação expressiva e, se não houvesse o problema partidário e estivesse no partido de V. Exa., com certeza, com os 41.017 que tive, estaria aqui. Se estivesse em outros partidos da Casa também estaria aqui, como Deputado, no ano que vem. Mas acho que essas pessoas que estão vindo à Casa precisam respeitar cada Deputado, porque sempre as respeitei.

No início das discussões, como Líder do PDT, tive autorização do meu partido e da minha Bancada de acertar, viabilizar, discutir e rediscutir o plano de carreira. Parece que não se pode falar do PT. Naquele dia, estávamos discutindo sobre a lei delegada, quando V. Exa. fez o seu discurso e foi aplaudido. Mas Deputados que não comungavam com a idéia do projeto estavam sendo vaiados.

Acho que o mesmo pessoal que estava nas galerias - e vou lembrar - chegou logo no final da sessão, para protestar. E tinha saído da Câmara Municipal, porque as mesmas pessoas que aqui estavam, criticavam, vaiavam e brigavam tinham acabado de fazer a mesma coisa com os Vereadores do partido de V. Exa. na Câmara.

Quando acompanhamos as reuniões pela TV, vemos que se trata da mesma situação em duas Casas Legislativas. Aqui discutimos uma lei delegada, o funcionalismo exigiu um posição do Executivo; e na Câmara Municipal era discutida a atitude do Prefeito Fernando Pimentel. Os sindicalistas que estavam aqui criticando a administração ou a falta de acordo do Governador Itamar Franco eram os mesmos que foram fazer coro na Câmara Municipal, criticando o Prefeito e a administração do PT. Precisamos encontrar formas para o Brasil sair da crise. No próximo ano, teremos um Prefeito do partido de V. Exa., um Governador do PSDB e um Prefeito que admiro, que é o Fernando Pimentel, que faz uma boa administração mas não tem vara de condão para atender a todas as necessidades. Aqui a reação ainda foi melhor que na Câmara Municipal, porque lá os sindicalistas do PT partiram para a pancadaria, foram parar na delegacia. Aqui isso ainda não aconteceu.

O Deputado Rogério Correia - Espero que amanhã também não aconteça.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - V. Exa. diz que devemos nos preparar, porque as pessoas irão acampar aqui. E as mesmas que estão acampando aqui, acamparão na porta da Prefeitura do PT.

O Deputado Rogério Correia - Deputado, agradeço o aparte de V. Exa. mas gostaria de ter tempo de responder; e que V. Exa. se inscreva se quiser falar mais.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - V. Exa. vai agradecer sim, porque quero lembrar-lhe que no mesmo dia, horas depois de o partido de V. Exa. ter sido criticado, vaiado e espancado na Câmara Municipal...

O Deputado Rogério Correia - Agradeço o aparte de V. Exa., mas o tempo regimental para o aparte já terminou e pediria ao Sr. Presidente que me garantisse a palavra e pudesse contar o meu tempo, porque concedi o aparte por 3 minutos, mas não estou mais concedendo o aparte.

O Sr. Presidente - A palavra está com o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço o aparte e as observações de V. Exa. Sou solidário com V. Exa. e o fato de haver perdido as eleições, apesar de uma votação esplêndida, não significa que não deva manifestar sua opinião. Mas em relação ao plano de carreira, na área da educação municipal, este já existe e foi uma proposta feita na ocasião em que eu era Vereador, e Patrus Ananias, Prefeito de Belo Horizonte. A situação dos professores do Estado é muito distinta. É claro que eles se manifestam e devem ter essa liberdade, tanto na Câmara quanto aqui, o que mostra que reivindicam independentemente do Governo, e isso é papel do movimento sindical. Só espero que amanhã V. Exa. não assuma a função de tentar exaltar o ânimo dos professores para que não ocorram distúrbios aqui na Casa; e que V. Exa., como Deputado, não venha a jogar a culpa nos professores, e faça suas observações sem nenhuma provocação aos professores, como alguns fazem e fizeram na Câmara Municipal, onde um Vereador quis espancar um professor, porque ele protestava. Não era um Vereador do PT, embora o PT estivesse sendo posto em xeque naquela ocasião.

Espero que, amanhã, V. Exa. não cumpra esse papel de exaltar o ânimo dos professores para que, exaltados, acabem reagindo. Se reagirem, não venham dizer que os professores são violentos. Aliás, há um poema que fala que do rio, que tudo arrasta, se diz que é violento; mas ninguém diz que violentas são as margens que o oprimem. Ou seja, é de se esperar que a atitude dos que sofrem mais seja, às vezes, de revolta: são revoltas extremamente explicáveis pela péssima situação em que vivem.

Então, que V. Exa. possa compreender os professores, o que não significa aceitar aqueles que, às vezes, desatinam e ultrapassam os limites; mas, especialmente, que V. Exa. não queira estimular essa exaltação e, depois, colocar-se como vítima de algo que provocou. Espero que essa não seja a vontade de V. Exa.

Mas acho que os professores têm o direito democrático de se fazerem presentes, e amanhã virão, em caravana, à casa do povo, o que é um direito seu. E, no meu entender, devem ser bem recebidos pela Assembléia Legislativa. Devemos compreender suas reivindicações e procurar

achar uma solução. Não estou aqui apenas criticando. Reconheço que o Governador Aécio Neves tem de ter a oportunidade de discutir o custo. Por isso, faço várias sugestões que jogam essa questão mais para frente.

Não vou usar o resto do tempo de que ainda disponho, Presidente, por ter sido interrompido pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior, que ultrapassou o tempo do aparte que lhe concedi, mas gostaria de agradecer a V. Exa. e solicitar aos Deputados que nos ajudem a resolver esse problema. Acho que a solução do impasse realmente passa por um acordo, e estou sugerindo um rumo para o acordo, que, repito, é exatamente este: vamos alongar o prazo para que o Governador Aécio Neves envie para esta Casa a tabela, e ele a enviará com o custo levantado. E não sugiro que sejam 60 dias, pois julgo pouco tempo para o Governo que entra; sugiro que sejam 180 dias. E sugiro também que a sanção fique a cargo do Governador Aécio Neves, para que possa sancionar de plano, se achar que deve, vetar parte ou tudo. Mas que tenha a chance de fazer um estudo real dessa questão. Que a sanção não fique para o Governador Itamar Franco. Acho que essa é mais do que uma solução política, pois resguardaria a preocupação que temos em relação ao custo e, ao mesmo tempo, faria justiça a todo o processo de discussão que aconteceu entre os professores e o Governador Itamar Franco, que também merece o nosso respeito. O Líder do atual Governo, Deputado Antônio Andrade, sabe que esse processo foi muito demorado. E termino dizendo que não podemos simplesmente jogar na lata de lixo o acordo feito pelo Governador Itamar Franco com os professores; acho que isso seria um desrespeito tanto com os professores quanto com Itamar Franco, pois faria parecer que ele é um Governador irresponsável, que enviou a esta Casa um projeto apenas para que o futuro Governador tivesse gastos. Não acho que o Governador Itamar Franco seja irresponsável como o PSDB está querendo fazer parecer. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Deputados, senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, estamos aqui para também defender o que defendeu o Deputado Rogério Correia. Consideramos absurdo que um projeto fique em tramitação nesta Casa por dois anos, e que até agora não haja expectativa e nem mesmo sinal de que venha a Plenário, para o 2º turno.

Sabemos que estamos apreciando um veto, e que o que está sendo discutido não é o plano de carreira dos professores.

Amanhã estarei aqui para continuar a falar e apresentar o que aparecer em pauta, porque estamos exercendo o direito que nos é assegurado pelo Regimento desta Casa de fazer obstrução quando considerarmos que não estamos sendo atendidos naquilo que queremos e a que o povo tem direito. Vou discutir o que a lei, o que o Regimento exige que se faça.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero relembrar ao Deputado Rogério Correia que poderíamos ter lutado por esse plano de carreira há muito mais tempo, desde quando o companheiro era Vice-Líder do Governador Itamar Franco. Acho que lhe faltou naquela hora - e se lembrou bem da Câmara Municipal - uma condição, como Vice-Líder. Recordar é viver, para lutar por esse plano. Temos de nos lembrar ainda de que o PT foi base de Governo e, acima de tudo, teve Vice-Líder. Então, poderia, sem dúvida, impor ao Governador esse plano. Faltou isso. O PT fazia coro ao Governador Itamar Franco. Por isso acho que faltou um "empurra" para resolver a questão. Faltou ao nobre Vice-Líder, ex-colega Vereador, colega Deputado, chegar ao Governador e lhe dizer: "Governador, como Vice-Líder na Assembléia Legislativa, com o apoio que V. Exa. tem do Partido dos Trabalhadores, é hora de resolver a questão do plano de cargos e salários dos professores. Por que só agora? Por que deixou para o final do Governo? Aí vou lembrar no popular, mais uma vez: "O que acontece dentro da Câmara acontece dentro da Assembléia, no Congresso Nacional". Todos temos de lutar por um Brasil melhor. Quero lembrar ainda que "pau que dá em Pedro dá em João, dá em Manoel", e pode ser do PT, do PC, do PC do B. Vou lembrar mais uma vez: gostaria de estar na coligação de V. Exa., pois, com certeza, teríamos um lugar privilegiado nesta Casa, com Lula Presidente.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado Alencar da Silveira Júnior. V. Exa. lembrou dois provérbios populares. Acho os ditos populares de grande sabedoria. V. Exa. disse que recordar é viver, e é mesmo. Fico aqui recordando a história desta Casa, que não está muito diferente de quando aqui apareci. Fim de ano é a hora do desespero, do acúmulo, de propostas de última hora, que estão engavetadas e precisam vir a votação. Quantas e quantas vezes, no ano que cheguei aqui, saímos desta Casa às 2 horas da manhã? Está se repetindo hoje aquilo que aconteceu há tantos anos atrás. Recordar é viver e é bom que recordemos e vivamos o presente, aprendamos alguma coisa para não errar no futuro. Outra máxima de V. Exa. foi "antes tarde do que nunca". Também uso a sabedoria popular: "antes tarde do que nunca" que o Rogério tenha se lembrado desse trabalho e participado dele agora, ou seja, trazer aqui o plano de carreira dos professores.

Quero parabenizar Rogério Correia porque, se houve uma época em que teve oportunidade de trazer o plano para discussão e não o fez, agora, com muita garra e coragem, está ao lado dos professores, exigindo que seus direitos sejam respeitados. Deputado Rogério Correia, parabéns pelo trabalho que está tendo de lembrar a esta Casa que os professores precisam e merecem esse plano de carreira.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Deputada Maria José Haueisen, agradeço o aparte. Queria fazê-lo na exposição da defesa do ilustre Deputado Rogério Correia, mas o aparteante que me antecedeu não deixou espaço. Assim, nesta oportunidade, venho dizer que sou absolutamente favorável à aprovação do plano de carreira.

Tenho o compromisso, com a classe do magistério, de votar favoravelmente a esse projeto. Quando vim para cá, em 1987, ou seja, há 15 anos, já existia essa conversa há pelo menos dois mandatos. Portanto, na verdade, há 24 anos já se discute esse plano de carreira nesta Casa. Um Governador - não sei se foi o Hélio Garcia - chegou a esboçar o desejo de fazer esse plano, mas sua vontade não vingou. O Deputado Rogério Correia apresentou um projeto, que nasceu com aquele vício de iniciativa, e, depois, o Governador Itamar Franco enviou outro, que, evidentemente, foi para a Comissão de Justiça, da qual sou Presidente.

Avoquei a mim a relatoria do projeto nessa Comissão. No meio da campanha, saí do Triângulo Mineiro e, especialmente, vim para cá dar o meu parecer favorável. Discuti com a classe do magistério e com o pessoal do sindicato, para saber como queriam que eu emitisse o parecer, e fiz como pediram, pois foi feito um acordo entre o Governador Itamar Franco e o pessoal que trabalha na área da educação.

Portanto, não vou deixar de honrar o compromisso que assumi, mesmo porque acho que é um direito deles e que esse plano poderá consertar a questão da educação em Minas Gerais, que está ruim demais. A qualidade da educação está péssima, e, se não dermos condição ao profissional da área da educação de melhorar essa qualidade, penso ser preferível largar mão da educação pública no Estado. Vou votar favoravelmente para ver se conseguimos dar às cabeças da área de educação oportunidade de melhorar a situação no Estado.

Os professores merecem e precisam desse plano de carreira. Nos outros Estados, o magistério e outras categoriais têm o seu. Por que Minas Gerais também não pode ter? Por que Minas Gerais sempre fica atrás em tudo? Temos que passar para a vanguarda, e não continuar na retaguarda, como temos ficado.

Essas são as razões pelas quais voto favoravelmente ao projeto. Agradeço o aparte concedido por V. Exa. e parabenizo-a pela magnífica exposição que está fazendo, assim como parabenizo a luta do Deputado Rogério Correia. Fizemos uma audiência pública para tratar desse assunto na região do Triângulo Mineiro, e tive a honra de ser seu companheiro. Esperamos que esta Casa se sensibilize e também vote favoravelmente ao plano de carreira. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Obrigada, Deputado, por sua cooperação e pelo apoio que está dando a nossa classe. Fico muito honrada,

porque também sou professora. Vivi sem plano de carreira e estou aposentada sem ele. No entanto, é preciso que as pessoas tenham um norte na vida e saibam com o que podem contar na profissão que escolheram.

Tomara que outros Deputados tenham a sua sensibilidade, para que possamos votar esse projeto aqui. Esse plano foi aprovado em 1º turno, por unanimidade. Não sei por que a Mesa não o coloca novamente em pauta, se tantos Deputados concordam com ele e o aprovam.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Maria José, V. Exa. conhece bem o drama que os professores vivem, porque também é professora e, como eu, fundadora do Sind-UTE, antiga união dos trabalhadores em ensino.

Gostaria de dar uma explicação, porque quem nos escuta pode achar que o Deputado Alencar da Silveira tem alguma razão. Em muitos casos ele tem, mas neste não. Apresentei o projeto instituindo o plano de carreira antes de o Governador enviá-lo, porque ele estava demorando em fazê-lo. Como forma de pressão, apresentei esse projeto há pelo menos dois anos. Fomos a diversas regiões do Estado, o Deputado Paulo Piau era Presidente da comissão. O Deputado Antônio Andrade esteve conosco também, na época. Fomos a São João del Rei, Uberlândia, fizemos uma audiência em Belo Horizonte, no Sul de Minas, em Montes Claros, Passos, Patos de Minas, enfim, fomos a várias regiões do Estado discutindo isso. Esse projeto apresentado por mim foi para pressionar o Governo. Não é verdade que somente agora me preocupo com a situação. É um projeto de lei do Governador Itamar Franco, que teve a sensibilidade de enviá-lo a esta Casa. O que não posso aceitar é que o PSDB simplesmente diga que tudo que o Governador discutiu com os professores está errado, que é um irresponsável por tê-lo enviado a esta Casa e que os professores são corporativistas porque querem o plano de carreira. Não posso admitir que o PSDB passe a dominar tudo agora, dizendo que não pode haver plano de carreira, o qual, inclusive, foi discutido com o Governo. Aliás, o Deputado Alencar era um dos maiores defensores do Governo Itamar Franco. Não sei por que mudou de opinião agora e está indo para o lado do Aécio. Há coisas que não entendemos. Não sei por que tem de mostrar tanto serviço agora. Pelo menos, que ele espere o Governador Itamar Franco sair. Não é preciso tanta pressa para saudar o novo rei.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Quero agradecer a V.Exa., Deputada Maria José Haueisen. É tão bom dirigir-me a uma professora como V. Exa., grande sementeira da educação, do desenvolvimento, na sua Teófilo Otôni. Rendo-lhe as minhas homenagens como uma das maiores educadoras que Teófilo Otôni já pôde ter, por sua dedicação exemplar à causa do magistério. Realmente estamos diante de uma situação muito difícil e complexa, não somente em função do plano de carreira. Estamos efetivamente buscando uma solução e tenho certeza de que vamos encontrar, graças à habilidade do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, que não tem medido esforços para chegar a bom termo, e também à nossa Comissão de Educação, presidida pelos Deputados Paulo Piau e José Henrique. Estamos, com certeza, buscando, juntamente com os demais pares desta Casa, uma solução para os servidores.

Tenho também de dizer a V. Exa. que há um fato que mais me preocupa, além desse. Trata-se da situação dos designados. Estamos diante de uma questão complicadíssima. Há poucos dias tivemos uma audiência pública neste Plenário para tratar dos assuntos dos designados. Ano passado tivemos a oportunidade de apresentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, que procuraria garantir, resgatar os direitos trabalhistas de todos os serviços da educação que, porventura, não fossem aprovados em concurso público. Sabíamos das dificuldades, das marchas e contramarchas dessa proposta. Posteriormente, tivemos um avanço, que foi a PEC nº 63, que também não fluiu nesta Casa por ser matéria inconstitucional. Esta Casa tem recebido, e V. Exa. também, como todos os Deputados de todas as regiões de Minas Gerais, os clamores dos serviços que estão praticamente com os dias contados, porque serão dispensados até o dia 18, 20, 21 ou, no máximo, até 30 de dezembro.

Então, juntamente com essa situação do plano de carreira - que visa garantir os direitos dos professores -, estou muito mais preocupado com a situação dos designados, dessas serviços com 5, 10, 15, 20 anos de trabalho, que estão praticamente na rua, sem qualquer esperança de garantia efetiva de continuidade no emprego.

Aproveitando o ensejo - a Mesa está aqui -, discutiremos o plano de carreira, com certeza, mas que a Casa aprecie também a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, que visa garantir os direitos daquelas serviços que tanto tempo dedicaram à causa da educação, para que tenham, no mínimo, uma garantia de indenização.

Tivemos, neste Plenário, o ilustre advogado Paulo Neves de Carvalho, que nos apresentou a figura do designado como estranha no universo do regime trabalhista: não é celetista nem estatutário. Então, somente por força de uma proposta de emenda à Constituição poderia nascer um direito eventual, junto ao Governo, pelos serviços que prestaram.

Estamos acompanhando, de perto, o plano de carreira. Há mais de dois anos estamos buscando uma solução nesta Casa também para essa situação que está afligindo a todos os Deputados, que é a exoneração daqueles que não foram felizes no concurso público.

Lutamos muito por uma melhor pontuação dos serviços, mas, infelizmente, conseguimos pontuação somente por ano de serviço prestado. O que estamos vendo é uma enchente de servidoras exemplares, dedicadas, sem possibilidade de buscar emprego no mercado de trabalho. É importante que façamos essa reflexão.

Solicito que esta Casa nos ajude também a encontrar uma solução, fazendo um apelo ao Governador eleito, à equipe de transição. Já realizamos essa audiência, há dez dias, na Comissão de Educação, mas em nada avançamos. Não tivemos resposta sobre a permanência dessas serviços designadas que, lamentavelmente, não foram classificadas e, com certeza, já estão, entre aspas, com aviso prévio, praticamente às vésperas do Natal, largando as suas escolas, as suas cantinas, apesar de tanto tempo de serviços prestados a Minas Gerais.

Caríssima professora Deputada Maria José Haueisen, que no seu sentimento como educadora exemplar que sempre foi e sempre será receba também o nosso apelo e a nossa preocupação em relação ao plano de carreira. Precisamos dar um mecanismo legal aos professores, sim, mas vamos também nos preocupar, e nos preocupar muito, com a situação dos designados, situação das mais trágicas possíveis, se é que podemos falar assim, irreversível, diante desses acontecimentos, com nomeações saindo, dia a dia, no "Minas Gerais". Por falta de classificação serviços estão sendo dispensadas, voltando para as suas casas.

Deixo registradas as minhas palavras e agradeço a V. Exa. pela paciência em me ouvir. Tenho perdido noites sem dormir, tantos são os apelos da minha região Sul-mineira. Vejo aqui muitos Deputados da nossa região - e de outras também -, que têm recebido apelos incansáveis. Este Deputado, lamentavelmente, nada poderá fazer, mas no momento em que estamos discutindo o estatuto do magistério, por que não estudarmos o avanço de uma solução para a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, a fim de que, no mínimo, se garanta uma indenização a esses servidores que não terão onde ficar? Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Obrigada, Deputado, por sua cooperação e pela compreensão da situação do professorado sem plano de carreira e dos designados sem um lugar na escola. Tratam-se de dois graves problemas. Dei aula em um tempo no qual o professor e a professora eram considerados sacerdotes. Uma ideologia para enganar, para desvalorizar o professor naquilo que tem direito, que é a profissionalização e o salário justo. Era passado para cada um de nós, alunos e, depois, mestres, que o professor era a vela que se consome iluminando. Vejam que figura estranha: vai desaparecendo, iluminando e sumindo, desgastando-se. Quando criança, achava linda essa imagem, e demorei a entender a maldade desse pensamento, que refletia a ideologia dos que queriam dominar e, para tanto, enganavam as pessoas. Professor é ser sacerdote; professora é ser mãe, é desdobrar-se fibra por fibra, é amar aquilo que não é carne da sua carne. E, no dia

15 de outubro, comemorava-se a festa dos professores, com cantoria e discursos, muitas vezes, melosos. As pessoas que discursavam não percebiam o que existia por trás dessa conversa enganosa. Foi preciso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, um dia, tivéssemos consciência do que era ser professor sem ser profissional da educação. Não quero dizer que o professor é um mero profissional. Aliás, ninguém que exerce seu trabalho com amor e dignidade é apenas um profissional que visa lucros. Não é um mercenário. Mas faz parte da dignidade de quem trabalha receber um salário justo. Demorou muito para que entendêssemos isso. Em 1979, participei de uma greve de professores, histórica, um momento de rebeldia dos professores que se cansaram de ser vela que se consome iluminando. Viemos a Belo Horizonte, em caravanas, no ano em que o professorado foi reprimido com jato d'água, com bombas de gás lacrimogênio. Muita gente gritou, correu, chorou, desmaiou, mas a greve foi vitoriosa porque todo o Estado tomou conhecimento de que o salário dos professores mineiros estava abaixo do salário mínimo. Essa notícia ganhou a mídia nacional, por meio da televisão e dos jornais. E, apesar da repressão, a greve, que foi dolorosa, saiu vitoriosa. Fundamos a Associação dos Professores de Minas Gerais, quando era proibido ao servidor público ter um sindicato. A Associação dos Professores de Minas Gerais, que recebeu o nome de Sind-UTE, começou o seu trabalho, mostrando amar o que fazia, evidenciando a necessidade de o professor estudar para ser mais e ensinar melhor. Era também preciso que fosse valorizado em termos de salário. E essa luta não acaba. A melhor maneira de se evitar greves, que se repetem constantemente, é exatamente colocar o plano de carreira em prática, discutido, votado e aprovado. Assim, cada professor inicia sua carreira sabendo o que pode esperar, o que vai receber, a que tem direito. Trabalhei anos e anos e cheguei à aposentadoria sem saber o que era tirar proveito do plano de carreira. Vivíamos, praticamente, ao sabor do bom humor de quem se encontrava no Palácio da Liberdade, para conceder aumento, promoções, mudar uma coisinha ali, outra lá. Graças a Deus, hoje, o professorado não mais aceita essa enganação ideológica e, constantemente, está lutando, fazendo greve e buscando a conscientização e o salário justo. O plano de carreira não é apenas para buscar salários, mas também para buscar uma educação melhor, uma vez que sabemos que ela está péssima. Em um concurso, no qual participaram trinta e tantos países, o Brasil ficou no penúltimo lugar, quando os jovens demonstraram, pela prova feita, que lêem, mas não entendem aquilo que lêem.

Como o jovem que não entende o que lê resolve um problema matemático, de química, geografia e história, se só consegue decorar? Mas os números que estão sendo mostrados para a ONU são belíssimos: não há alunos fora da escola, todos estão muito bem e a educação está ótima. Vimos, na prática, que só permanece na escola pública quem tem muito amor por ela e quem quer que o filho se forme nela, mas reforça a educação da criança em casa, ou quem realmente não pode pagar uma escola particular para seus filhos. A culpa não é dos professores das escolas públicas que, às vezes, precisam trabalhar dois turnos para ter um salário que garanta sua sobrevivência, além das tarefas de casa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento a nobre Deputada Maria José Haueisen por essa obstrução, já que estamos discutindo o Veto à Proposição de Lei nº 15.267. Felizmente, ainda contamos com esse dispositivo regimental utilizado por V. Exa. e por outros companheiros. Estamos atentos, acompanhando essa discussão. V.Exa. coloca que os professores sempre cultuaram a questão do sacerdócio e da vocação. Vivemos, também, por longas décadas, com esse mesmo lema na Polícia Militar. Ser policial não era profissão, e sim vocação. Todos sabíamos que essa questão tinha um limite. Graças a Deus, chegou-se a tal limite, assim como rompeu-se essa cegueira. Conseguimos fazer com que essa corrente fosse arrebatada, exatamente no dia 13/6/97. Tivemos a oportunidade de fazer um pronunciamento, quando da comemoração dos cinco anos dessa conquista. Fazendo um paralelo, percebemos a necessidade de, mais do que nunca, dar uma resposta aos professores. Em qualquer discussão que travemos na tribuna deste Plenário, nas Comissões ou em outro lugar no qual discutamos política, sempre passaremos pela educação. Todos faremos o mesmo discurso, dizendo que o País só conseguirá sair da situação em que se encontra por meio dos bancos das escolas, por onde todos passamos um dia. Tenho a felicidade de estar passando por eles porque não tive essa oportunidade em outras épocas.

Fico pensando: como está a cabeça dos professores neste momento? O Deputado Geraldo Rezende disse que chegou nesta Casa há 16 anos e, naquela época, ouviu dizer que, desde duas legislaturas anteriores, já se falava em plano de carreira dos professores. Percebemos que essa promessa, esse empurrão com a barriga já existe há 16, 20, 24 anos. Entra Governo e sai Governo para que o estatuto dos professores possa ser votado, aprovado e sancionado, dando-lhes um direito mais do que conquistado, em virtude das lutas, do tempo de espera e da paciência.

Nesta Casa, no ano de 1999, travamos uma discussão sobre a anistia dos policiais militares que participaram da greve de 1997. Falando de forma bem enfática, anistia daqueles que participaram efetivamente da greve da Polícia Militar. Havia uma corrente partidária que puxava para um lado, uma outra que puxava para outro, e o desespero daqueles que lá se encontravam. Lembro o que passamos nesse momento e, da mesma maneira, há essa angústia, essa expectativa por que hoje passam os servidores da educação, os técnicos da Secretaria, os auxiliares, os professores, de uma forma geral.

Fazem a seguinte interrogação a si mesmos: por que os Deputados não votam essa lei? O que impede os Deputados de apreciar essa matéria, precisamente o PLC nº 53, para que descansemos, comemoremos essa nossa luta? Imaginamos que não há outra forma. O Deputado Carlos Pimenta, que me antecedeu, já declinou voto favorável. Já disse, por várias vezes, que o Deputado Sargento Rodrigues também votará favoravelmente, como votou no primeiro momento, porque não dá para entender por que os professores terão que esperar mais um Governo. Volta a repetir, que, certamente, se encerrarmos esta legislatura sem votar o PLC nº 53, em segundo turno, como é de praxe, regimental, o projeto será arquivado. Assim, o Governador Aécio Neves terá que mandar outro projeto de lei complementar. Esse novo projeto deverá ser discutido nas comissões para depois ser votado em primeiro turno, voltar às comissões em segundo turno, para, finalmente, ser votado.

Sabemos que isso será angustiante. Essa expectativa machuca, dói, porque os professores, neste momento, passam por uma angústia incansável, interminável. Entendo que poderíamos muito bem votar hoje essa matéria ou então tê-la votado há mais tempo. Volta a fazer a mesma indagação: por que os Deputados não colocam esse projeto na pauta, não votam essa matéria? Sabemos que há interesses do PSDB, do Governo que está para assumir e que há vários outros interesses. Tão bom seria se todos esses interesses pudessem fluir na direção daqueles que já estão, há muito tempo, esperando por essa matéria; que esses interesses pudessem convergir como colocou o nobre companheiro, Deputado Rogério Correia. Gostaríamos que fosse apresentada uma emenda. Temos condições para isso, com um acordo de lideranças, no segundo turno. Assim, o projeto poderia ser sancionado pelo futuro Governador, Aécio Neves, e a tabela poderia ser enviada 180 dias antes.

Seria bom votarmos esse PLC, que não continuássemos debatendo e remoendo um assunto que sabemos, perfeitamente, tanto eu como V. Exa. e vários outros companheiros Deputados presentes, o alcance que tem, o alcance social acima de tudo. Não podemos falar em educação, em construir um país melhor, em esperança de dias melhores, se não podemos oferecer dias melhores para aqueles que cuidam das nossas crianças, para aqueles que, realmente, conduzem de forma dedicada, com um olhar maternal para as nossas crianças, apontando a direção, o caminho certo. Sabemos o tanto que isso mudou dentro da sala de aula. Hoje, de uma forma geral, os alunos têm liberdade a ponto de afrontar professores, que enfrentam uma série de dificuldades, entre elas a violência, para ministrar as suas aulas. Eles têm uma paciência de Jó, principalmente quando enfrentam um classe com 40, 50 alunos, em especial, adolescentes de 13, 14 ou 15 anos.

Diria que é um sacerdócio ter que ministrar aulas para os adolescentes, e sabemos disso na qualidade de pais.

É difícil, Deputada Maria José Haueisen, ficarmos aqui obstruindo a pauta. Assumi o compromisso com o Deputado Rogério Correia de participar desse processo e o farei, já estou inscrito para falar depois de V. Exa. e de outros companheiros. Como Deputado preocupado com essa questão, não arredarei pé do Plenário enquanto não tivermos uma posição mais séria e de mais respeito com os professores do nosso Estado.

Encerro o meu aparte dizendo que V. Exa. e os Deputados Rogério Correia, Carlos Pimenta e Geraldo Rezende estão de parabéns porque temos de abraçar a luta dos professores, a fim de chegarmos a um consenso para votar o plano de carreira e encerrar o processo de obstrução. Mas, enquanto não ocorre essa negociação e não há entendimento, temos que usar o instrumento legal previsto no Regimento Interno: o processo

de obstrução. Portanto, V. Exa. pode contar com a nossa presença e com a nossa garra neste Plenário para fazer obstrução a essas matérias que temos na pauta. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado Sargento Rodrigues, pelo aparte, pela sua contribuição e pela sua sensibilidade. Mas V. Exa. perguntou por que não votamos. Não o fizemos porque o projeto não chega ao Plenário. Quem escolhe a matéria a ser votada é o Presidente. E, como o plano de carreira não é incluído, não podemos votar. Mas, quantos Deputados, graças a Deus, são sensíveis e querem a mudança? Com certeza, vamos conseguir essa vitória também.

V. Exa. diz que há muito tempo se discute o plano de carreira. Eu lhe digo: desde 1979, quando terminou a primeira greve dos professores - que, como disse, foi sofrida, mas histórica -, começou a discussão do plano de carreira. Falava-se em plano de cargos e salários, e até hoje estamos discutindo a mesma coisa. Mas diz o ditado popular que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Um dia furaremos o esquema dos que dominam e vamos dar direito a quem o tem.

Questão de Ordem

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, estamos com o Plenário vazio. Pediria a V. Exa. que encerrasse de plano a reunião. Ainda quero discutir o problema das designadas, outros oradores estão inscritos, mas o Plenário está vazio, e não queremos que ninguém perca a discussão deste assunto.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Paulo Piau) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Confiamos na chamada que foi feita, embora saibamos que aqui só existem 23 ou 24 Deputados, mas alguns responderam e saíram. Vamos continuar discutindo e quero falar sobre o problema dos designados, tão bem lembrado pelo Deputado Sargento Rodrigues. Também trabalhei e senti o que é o drama de ser designado. Começávamos o ano letivo com contrato e não sabíamos por quanto tempo duraria. Quando ficávamos até o final do ano, era uma angústia nas férias, pois não sabíamos se seríamos contratados para o ano seguinte. Vivi anos e anos nessa amargura como tantos estão vivendo até hoje. Há pessoas com tempo para se aposentar, com idade avançada, com anos de dedicação a uma escola, que estão perdendo o cargo sem nenhum direito. Fica uma indagação, que não podemos aceitar por ser uma tremenda injustiça: "se todo aquele que tem em casa uma empregada doméstica, ou até um empresário, deixar de recolher o INSS, se não respeitar os encargos sociais, não cumprir a folha de pagamento, é levado à justiça, por que o Estado fica acima da lei e não paga o INSS, não recolhe para a Previdência, não dá garantias aos seus funcionários e os despede sem razão?".

Todos sabemos do descalabro que foi a situação dos designados depois desse concurso, cujo edital não respeitava de fato o direito de quem já tinha muito tempo de serviço. A prioridade era para os que fizessem bem a prova. Então, pessoas que tem pouco estudo, que já estão em idade avançada, que não enxergam direito para fazer uma prova escrita ou que nem mesmo sabem ler - que alguém que trabalhe em uma escola não saiba ler já é vexame para a educação no Estado - foram concorrer com pessoas que tinham o 2º grau. Aliás, dizem até que pessoas que tinham o 3º grau estavam disputando o cargo de Servçal, tamanho é o desemprego em nosso País e em nosso Estado. É claro que aqueles que nem sequer sabem ler e que precisavam e tinham o direito de que alguém lesse para eles a pergunta que estava na prova, não tinham como concorrer com os que tinham o 2º grau e que se saíram muito melhor. Somente depois dessa classificação é que se levava em consideração o tempo de serviço.

E creio que foi um vexame para todos nós, uma situação de constrangimento, ver o que ocorreu à porta do Palácio na semana que passou: uma senhora, que conseguiu furar o esquema de segurança, aproximou-se do Governador para chorar e lamentar a sua situação: após 20 anos trabalhando em uma escola, à qual se apegou, executando um trabalho que, como disse, sabe fazer, será dispensada no próximo dia 31. É esse o presente de Natal que recebem aqueles que dedicaram uma vida ao serviço público. E o que disse o Governador? "Não sou o culpado, mas o Sind-UTE, que pediu o concurso; culpado foi quem pediu o concurso." Vejam que resposta absurda! Parece até aquela fábula em que o cordeiro disse ao lobo: "não fui eu quem sujou a água; estou bebendo água aqui embaixo, enquanto você estava lá em cima. E o lobo responde ao cordeiro: então, foi seu avô ou algum de seus antepassados." É o Sindicato que é o culpado por serem dispensados os serviços que trabalham há 20, 25 ou 30 anos na escola? Então, estamos aqui, solidários não apenas com aquela senhora que desmaiou de constrangimento, de nervosismo e de angústia, por estar sem perspectiva de vida, mas com todos os designados que vivem o mesmo drama.

Também quero lembrá-los de que naquela Proposta de Emenda à Constituição, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que se propõe que aqueles que trabalham, que já cumpriram o tempo de serviço e que têm a idade exigida pela lei fossem aceitos como funcionários; que fossem nomeados. É verdade que a Constituição do Brasil não o permite; é necessário um concurso. Mas apresentamos, então, um substitutivo ao projeto da Deputada Elbe Brandão, de cuja elaboração o Deputado participou, discutindo-o por tanto tempo. E temos certeza de que também contribuimos para melhorar aquela proposta de lei, com a sugestão de que aqueles que trabalharam e que não tiveram chance de fazer prova - e há quanto tempo não se realizam provas neste Estado para professores e serviços - tivessem direito à aposentadoria, à contagem de tempo para as gratificações e a receber o salário que os outros recebem, embora sem serem nomeados. É uma aposentadoria estranha, eu sei. Aposenta-se sem ter sido nomeado, mas nós, que trabalhamos como autônomos, terminamos obtendo os benefícios da lei sem que tenhamos feito concurso.

Nossa proposta era nessa linha. Por que não veio ser discutida aqui? Por que não interessa à Mesa trazer projetos de lei que melhorem a vida das pessoas. Queremos ajudar aqueles que estão trabalhando e sofrendo.

Questões de Ordem

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, o Plenário enche e se esvazia num minuto. V. Exa. pode ver que já está vazio novamente. Estamos falando aqui com muito entusiasmo. Tenho certeza de que muitas pessoas estão nos escutando e gostando da nossa fala. Apesar dos que estão atentos, gostaria que também outras pessoas estivessem aqui. Pedimos, por isso, encerramento de plano da reunião. Não há quórum para continuação da discussão.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece à Deputada Maria José Haueisen que terminamos de fazer uma recomposição de quórum e responderam à chamada 28 Deputados. Há Deputados no Salão Vermelho, há Deputados perto dos jornalistas. V. Exa. pode ter a certeza de que há quórum para a continuação das discussões.

A Deputada Maria José Haueisen - Acho que há um equívoco por parte de V. Exa. Sei que alguns podem estar no Salão Vermelho, outros no

café, mas não temos mais os 26 que responderam à chamada. Vi muitos Deputados despedindo-se dos colegas e se afastando. Por isso estamos pedindo a recomposição de quórum, até porque não é considerada a presença do Deputado quando ele estiver fora do Plenário. V. Exa. sabe disso.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Acho que V. Exa. tem de levar em conta a colocação da Deputada Maria José Haueisen. Podemos contar, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 19 Deputados em Plenário. V. Exa. poderá fazer a verificação ou então esperar um pouco para que adentrem o Plenário, porque temos outros oradores inscritos. É importante ouvir aqui o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o Deputado Edson Rezende, o Deputado Rogério Correia novamente. Mais uma vez, quero comunicar que recebi um telefonema de um Vereador, ex-colega meu e do Deputado Rogério Correia, informando-nos de que, a partir de amanhã, o funcionalismo público municipal estará na Câmara, cobrando compromissos assumidos anteriormente pelo Prefeito, que também é do Partido dos Trabalhadores. Ele me pediu que fizesse aqui essa observação.

Há seis anos, criamos a TV Assembléia, para mostrar o desenvolvimento do trabalho desta Casa e, acima de tudo, para fiscalizar os Deputados. E hoje, graças a Deus, ela tem uma grande audiência não só em Belo Horizonte, mas também em boa parte de Minas Gerais.

Mas pediu o Vereador que comunicássemos que os funcionários municipais estarão na Câmara Municipal, em vigília, cobrando posições. Amanhã, o funcionário público estadual estará aqui, enquanto, na Câmara, estará o municipal, e, em Brasília, o federal, cobrando posições do Sr. Fernando Henrique Cardoso e, brevemente, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, em quem pude votar e para quem tive a oportunidade de trabalhar.

Como todo brasileiro, também espero que, neste País, ocorra uma mudança para melhor e que os nossos filhos e netos tenham um futuro melhor. Com meus 15 anos de política, já tive a oportunidade de colaborar. Daqui para a frente, estaremos passando o bastão, cobrando e torcendo para que nossos governantes façam o melhor para o Brasil. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, desta reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, há quórum para o prosseguimento dos nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brava e valorosa Deputada Maria José Haueisen, vamos continuar neste processo de obstrução, tratando do veto do Governador, mas manifestando a nossa inteira convicção sobre a necessidade de, neste momento, votarmos o plano de carreira de cargos e salários para os professores.

Muitos momentos importantes nesta Casa registraram a nossa luta, a nossa preocupação quanto à implementação do plano de carreira, com uma tentativa, por sinal, do Deputado Rogério Correia, de apresentá-lo à Assembléia e ao povo de Minas mesmo sabendo do vício de iniciativa. O que quisemos nesses momentos foi convencer o Governo e esta Assembléia sobre a necessidade da votação do plano de carreira para dignificar e valorizar os servidores públicos, os professores do Estado, os servidores da educação.

Em muitos outros momentos insisti em que o Estado, para cumprir com maior efetividade a sua função, deveria implantar os planos de carreira em todas as áreas dos serviços públicos, para vencer várias distorções graves que prejudicam o Estado e os servidores públicos.

A Deputada Maria José Haueisen, na sua fala de hoje, explícita, talvez, um dos momentos mais constrangedores da história do Governador Itamar Franco durante este Governo, quando a segurança é rompida e uma serviçal, com mais de 20 anos de trabalho, joga-se aos pés do Governador e clama para que o seu direito e o seu emprego sejam assegurados. Essa é a expressão mais contundente de uma realidade dramática, sustentada por Governos sucessivos. O Governador Itamar Franco, que se comprometeu com os professores e com os servidores públicos a garantir a implantação do plano de carreira dos servidores públicos na área da educação, mesmo que tardiamente está cumprindo esse compromisso, encaminhando-o a esta Casa. Antes tarde do que nunca.

Apesar de tardiamente, o Governador está encaminhando o plano para cá, e não posso admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados do PFL e do PSDB, que V. Exas., que receberam o apoio do Governador Itamar Franco para eleger o próximo Governador, neguem, dificultem ou coloquem obstáculos na implementação desse plano de carreira.

Agora é responsabilidade de nós todos, desta Assembléia, dignificarmos, valorizarmos, elevarmos o nosso conceito na sociedade, acolhendo a proposta do Governador com todos os problemas que tem, com todas as limitações, e aprovarmos esse plano de carreira ainda nesta legislatura, a 14ª, a última do segundo milênio.

Muita coisa está sendo proposta para ser votada a fim de sustentar interesses muito menores, alguns, inclusive, mesquinhos, baseados em interesses privados, que tendem a tramitar de maneira célere nesta Casa. Mas o plano de carreira não pode ser aprovado, pois aumentará os gastos do Governo. O Deputado Rogério Correia já disse que, do modo que está, nenhum real será alterado na proposta encaminhada. Temos que avançar num plano de carreira, constituir, implementar uma tabela que altere a quantidade de recursos para garantir melhores condições de vida, mais dignidade para o servidores públicos. E essa questão pode ser superada se nosso Estado for governado com uma lógica diferente da imposta até o momento, pelo próprio Governador Itamar Franco. Precisamos avançar nas relações entre a economia e os gastos do Estado. O Estado não melhorará sua situação sacrificando mais os servidores públicos. O Estado pode garantir mais arrecadação alterando a lógica de investimentos, promovendo seu desenvolvimento e sua prosperidade. Garantir uma arrecadação mais significativa, privilegiando a microempresa e a pequena empresa, o trabalho e a produção.

Reafirmo a posição do PT de que, em nome da dignidade e da honra desta Casa, precisamos votar o plano de carreira dos servidores da educação. Em nome da melhor organização, da maior economia deste Estado, do menor sofrimento do povo mineiro e dos trabalhadores em educação e para que situações como a registrada recentemente pela mídia - a manifestação dramática de uma servidora pública - nunca mais ocorram neste Estado, solicito a implantação e a implementação do plano de carreira. Temos de abrir nosso coração e exigir que o plano de carreira seja discutido e votado nesta Assembléia, mesmo com os problemas que apresenta.

Sei que os parlamentares já se encontram cansados, não mais dispostos a continuar nesta Casa. Quero continuar meu discurso na presença de meus colegas, a fim de convencê-los com minhas palavras. Amanhã terei mais 50 minutos para me pronunciar, e esse tempo será por mim utilizado. Assim, peço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, valoroso defensor da educação nesta Casa, que aguarde um próximo momento para discutirmos a questão.

Questão de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, como não temos número suficiente de parlamentares neste Plenário, peço-lhe que encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 22 Deputados. Portanto, não há quórum para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 10, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 11/12/2002). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 283ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/12/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Mauri Torres e Agostinho Silveira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; discurso do Deputado Edson Rezende; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267; questão de ordem; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Edson Rezende; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Edson Rezende; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião; encerramento da discussão - Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para verificação de quórum; existência de número regimental para discussão - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.266; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; questão de ordem; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, tenho me especializado em discutir a ata, porque V. Exa. sabe que a Bancada do PT encontra-se em processo de obstrução. Hoje, fiz questão de olhar o Regimento para saber a motivação da discussão da ata. Ele diz que a discussão da ata é para retificá-la. Prestei atenção em toda a leitura e acho que a ata, realmente, não consegue expressar o conjunto da reunião que tivemos ontem. É uma ata sucinta, muito rápida, com poucas palavras e que não expressa exatamente o que foi a vontade política da reunião, que, repito, foi a obstrução do processo em pauta. Esta deixa muito claro o que é a polêmica política que está ocorrendo nesta Casa legislativa. Temos dois vetos obrigatórios na faixa constitucional. Portanto, independentemente da vontade de V. Exa., do Presidente, dos demais Deputados, eles teriam que estar na pauta. São dois vetos do Governador Itamar Franco, e teremos a oportunidade de discuti-los. Um deles já discuti exaustivamente, mas ainda terei também a oportunidade de dar a minha opinião sobre o outro veto. São dois vetos que independem da vontade do Presidente, dos Deputados. Eles são regimentais e devem ser incluídos na pauta, porque estão na faixa constitucional.

Além dos dois vetos, há a lei delegada. O Governador Itamar Franco enviou a esta Casa pedido do futuro Governador Aécio Neves para discutir delegação de poderes para modificar a estrutura da administração direta e, institucionalmente, até da administração indireta. Esses são os três projetos em pauta: dois obrigatórios e a lei delegada, que está também em regime de urgência.

Mas, Sr. Presidente, falta à pauta o essencial, aquele que julgo ser o projeto mais importante para ser votado neste ano: o plano de carreira dos professores. Esse nunca entra na pauta. São dois anos de discussão, e o plano de carreira não entra na pauta. A obstrução do PT não consta na ata e deveria constar. Essa é a retificação que faço, novamente, da ata. Deveria constar que não entra nada em votação porque estamos hoje, como estivemos ontem e anteontem, em processo de obstrução da pauta.

Então, Sr. Presidente, discuto a ata naquilo que o Regimento Interno nos permite fazer. São apenas 5 minutos para discutir o conteúdo político que não está na ata, a obstrução que faz o PT e outros Deputados que estão aderindo a ela. Isso deveria constar na ata.

Solicitei, na discussão da ata que fiz, ontem, à noite, à tarde e na manhã de sexta-feira, que constasse na ata a obstrução que tem sido feita pelo PT. Isso não consta na ata. Deixo para a reunião da tarde, quando será lida essa ata, um pedido para que conste na ata o fato de que nada se vota nesta Casa antes de se colocar o plano de carreira dos professores em discussão, em 2º turno, na Assembléia Legislativa. Já votamos o plano de carreira em 1º turno, uma votação importante. Houve comprometimento dos Deputados com relação à aprovação.

O Governador Itamar Franco remeteu o plano de carreira depois de duas greves e comprometeu-se com a sua aprovação. Mas, por vontade não sei de quem, o plano continua sem aval do Governo, porque não conseguimos falar com o Governador eleito Aécio Neves, que não está nos ajudando em nada, aqui, em Minas Gerais. Isso tem que constar na ata.

Sr. Presidente, solicito a retificação da ata porque nela não consta o processo de obstrução.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, se V. Exa. contar o número de Deputados poderá ver que não temos 26 em Plenário, razão pela qual solicito verificação de quórum ou o encerramento, de plano, da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há quórum para a continuação dos trabalhos. Continua em discussão a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, a ata é um documento fundamental, que registra o que acontece nas reuniões desta Casa. As reuniões de ontem, à tarde, e de ontem, à noite, refletem todo o trabalho, toda a preocupação, toda a determinação e responsabilidade de vários Deputados, principalmente os do PT, com relação à questão do plano de carreira dos servidores da educação. Essa é uma luta de mais de 20 anos, mas, nesta legislatura, desde 1999, estamos acompanhando o Sind-UTE, que vem lutando junto ao Secretário da Educação e ao Governador do Estado para que o plano de carreira fosse enviado a esta Casa e pudesse ser aprovado, fazendo com que ele pudesse ter um instrumento que redirecionasse a carreira, com proventos e possibilidade de ascensão horizontal e vertical. Apesar desses quatro anos de luta, os profissionais da educação ainda não conseguiram nada, apesar de terem feito uma greve de mais de 60 dias. A discussão que se fez ontem, à tarde, e ontem, à noite, foi sobre essa questão relativa ao plano de carreira, que é a mais importante, neste momento, nesta Casa. O plano foi enviado a esta Casa e está encontrando obstáculos para ser enviado ao Plenário.

Essa foi a discussão que fizemos ontem, por duas vezes, nas reuniões da tarde e da noite. Portanto, essa obstrução que o PT e outros Deputados fazem precisa constar nessa ata. Se não fizemos outra coisa ontem, foi porque estávamos defendendo a importância de esse plano de carreira estar aqui, pois os servidores estão há muitos anos lutando por ele, e far-se-á justiça com os servidores da educação.

A educação é a mestra da vida e a possibilidade de desenvolvimento do País. O desenvolvimento científico aponta para o futuro, e, por isso, os servidores da educação, não só professores, mas pedagogos e serviços, enfim, todos os servidores da educação são extremamente importantes para que tenhamos uma educação de qualidade.

Pesquisa recente demonstra que há problemas graves na educação. Um dos problemas graves que dificulta o processo de educar e aprender está no plano de carreira.

Sr. Presidente, nessa ata falta constar que há uma obstrução do PT, muito clara, definida para que esta Casa, esta Mesa e o relator dessa matéria na Comissão de Educação enviem ao Plenário o plano de carreira dos servidores da educação, como matéria mais importante a ser votada nesta Casa, neste fim de ano.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo para discussão da ata, e não havendo retificação a ser feita, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela manutenção do veto.

Questão de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, suscito esta questão de ordem para falar sobre as intervenções feitas ontem e hoje, inclusive na discussão da ata, em relação ao plano de cargos e salários.

A não-inclusão desse plano na ordem do dia do Plenário parece-me má-vontade ou um certo descuido do próprio Presidente da Assembléia Legislativa em relação a sua apresentação nesta Casa.

Parece-me haver um outro sentido; caberia, então, um esclarecimento da Mesa. Quais as razões para não se colocar em pauta, até o momento, o plano de carreira, de cargos e salários? Há alguma dificuldade por parte da Mesa? Há interesse do Presidente da Assembléia Legislativa em não trazê-lo ou existe outro obstáculo? Onde está parado o plano de carreira? Gostaria que essas questões fossem respondidas, até para que o Presidente não seja injustiçado, caso não seja o responsável por essa dificuldade.

Existem outros parlamentares, outros interesses que estabelecem barreiras impeditivas à chegada do plano de carreira a este Plenário, para ser votado?

Faz-se importante esse esclarecimento, considerando-se outros comentários e outras informações sobre a ordem do dia, relativos, por exemplo, à emenda à Constituição que trata do Tribunal ou Conselho de Contas dos Municípios.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que não colocou em pauta o Estatuto do Magistério por não preencher pressupostos legais. A matéria continua na Comissão de Educação. Tenho feito gestões junto a esta, para que a analise com rapidez, e junto ao Governador Aécio Neves, ao Governador Itamar Franco e à Liderança do PSDB, para que se estabeleça uma discussão com o líder do movimento do magistério.

Todos sabem da minha participação no projeto desde o início. Sempre estou do lado dos professores, mas, infelizmente, como Presidente, só posso colocar a matéria em pauta depois que a Comissão de Educação liberá-la. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, matéria do jornal "Estado de Minas" considera que aquela proposta de emenda à Constituição poderia vir ao Plenário, atropelando a própria Comissão que o analisa, apesar de desmentido do Presidente da Assembléia Legislativa.

Há manifestação clara e objetiva, há o interesse de fazer com que uma proposta de emenda à Constituição questionada por toda a sociedade mineira, duvidosa quanto a sua efetividade e importância para o controle de contas do Estado, polêmica, venha a esta Casa, enquanto o projeto que trata do plano de carreira dos professores, dos servidores da educação mofa nas gavetas desta Casa.

O plano de carreira é muito mais importante para a organização do Estado, para atender o interesse coletivo, o interesse público do que a criação desse conselho de contas, que parece muito mais, neste momento, uma proposta para atender interesses privados, colocados acima do interesse público.

Considero que o Presidente da Assembléia Legislativa precisa responder essas questões para garantir o respeito a esta Casa por parte da opinião pública. O PT decidiu, juntamente com outros parlamentares preocupados com a educação, fazer obstrução no tempo que for possível, no limite das nossas possibilidades, para garantir a votação de um dos mais importantes projetos, fruto de um compromisso do Governador Itamar Franco para melhorar não só os salários dos servidores da educação, que hoje são uma tuta-e-meia, como também as condições de vida e a estrutura da educação; e para reestruturar um Estado caótico e desrespeitoso com os direitos dos trabalhadores.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para que prossiga na reflexão sobre um dos temas mais importantes e urgentes, o qual, se tramitar nesta Casa até o final, elevará o respeito da opinião pública e dos milhares de servidores da educação pela Assembléia Legislativa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Adelmo Carneiro Leão por seu pronunciamento. O PT busca uma solução definitiva desta Casa para o estatuto do magistério.

Há quatro anos estou na Comissão de Educação Ciência e Tecnologia buscando, em várias regiões do Estado, uma solução para a situação de todos os servidores da Educação.

Tramita por esta Casa, pronta para a ordem do dia, a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, que visa garantir, no mínimo, os direitos aos designados. Essa situação está constringendo todos os Deputados. As serviços foram automaticamente dispensadas, sem verba indenizatória. Naquela época, há um ano e meio, já estávamos preocupados com o concurso. Gostaria que a Casa nos ajudasse a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, que garante o mínimo a milhares de serviços desempregados com 10, 15 ou 20 anos de serviços prestados. Temos recebido inúmeras manifestações de serviços, pessoas que não estudaram porque dedicaram a vida à cozinha, à merenda, à faxina das escolas. Vamos discutir o estatuto do magistério passo a passo, mas não é justo que nos esqueçamos das serviços. Há muito tempo vimos debatendo o assunto em audiências públicas. A oportunidade é ímpar.

Caro Deputado Adelmo Carneiro Leão, Minas já teve a honra de tê-lo como Secretário de Estado da Saúde. Sabemos que sua preocupação maior era a garantia de emprego. Lamentavelmente, não conseguiram. Queremos resgatar no mínimo o direito indenizatório. Temos ciência de que dezenas de advogados estão percorrendo todas as superintendências de ensino, buscando os nomes das serviços dispensadas que não foram aprovadas em concurso para o início de uma enxurrada de execuções contra o Estado. Mas sabemos que será uma demanda exaustiva perante a justiça e o aparelho judiciário. A ilustre Deputada Elbe Brandão, autora da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, sempre foi árdua defensora dos designados.

Gostaria que o PT nos ajudasse a recompor para os funcionários da educação, assim como para os designados desempregados. Infelizmente, a figura do designado é desconhecida no universo jurídico constitucional. Já estudamos bem a matéria, mas, apesar das inúmeras discussões, não conseguimos avançar com a Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Que façamos justiça, resgatando os direitos daqueles que, por tantos anos, prestaram serviços nas escolas.

Se discutirmos a matéria trabalhista, não temos o que falar. Entrando com uma ação trabalhista, discutiremos lá na frente, mas teremos uma situação angustiante.

Tenho certeza de que na região de V. Exa. também está acontecendo esse caos social, porque essas senhoras, com longo tempo de serviço prestado, estão sem nenhuma chance. Há poucos dias, houve um exemplo no Palácio da Liberdade, quando uma senhora desmaiou praticamente junto ao Sr. Governador pedindo misericórdia para não perder o emprego.

Essa proposta busca a permanência da serviço para contagem do seu tempo até sua efetiva aposentadoria, porque ela recolheu a Previdência, pagou IPSEMG durante muitos anos e hoje, lamentavelmente, sai sem disponibilidade financeira, talvez somente com a gratidão daqueles que tiveram o prazer de tê-la como faxineira, cantineira e serviço da educação por esses anos.

Há um estatuto para discutir a situação daquelas que estão garantidas, efetivadas. Nossa preocupação é muito mais com aquelas que não têm absolutamente nenhum meio necessário para dar guarida aos seus direitos, que são sagrados.

Seria interessante que nossa Casa aprovasse essa proposta de emenda à Constituição para que elas possam ter, no mínimo, seus direitos por tempo de serviço prestado.

Agradeço a paciência de V. Exa. por me ouvir. V. Exa. tem postura e elegância. Admiro a transparência do seu comportamento nesta Casa e sua retidão de caráter. É muito importante fazer uma reflexão e buscar uma solução para as designadas que não foram aprovadas no concurso.

Não há como discutir aqui o concurso público, isso já é matéria vencida, não há mais nada para falar. As nomeações estão chegando, a partir dos dias 17, 19, 20, e as serviços nem sequer estão com aviso prévio. Estão sumariamente demitidas. Muito obrigado. Com certeza, contamos com V. Exa. nessa luta em prol de todos os designados na área da educação. Parabéns.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, fico muito honrado com sua intervenção. Ela enriquece este Parlamento, é plena de sensibilidade, de compromisso com a vida e com a dignidade dos trabalhadores. Não tenho dúvida alguma de que esta é a concepção e a idéia que eu defendo: que esses trabalhadores designados são portadores de direitos e não podem ser cassados pelo Estado, por nenhum Governo.

A demissão sumária deles, sem o reconhecimento dos direitos trabalhistas, que nem deveriam ser questionados nos tribunais, é um ato de ingratidão e de desrespeito aos trabalhadores, uma afronta à classe trabalhadora. Nenhum de nós deveria questionar o direito desses trabalhadores, que serviram aos interesses do Estado, apesar de terem sido contratados de maneira irregular.

Mais irregular, entretanto, é o reconhecimento do direito trabalhista de um coletor do jogo do bicho pelos tribunais ou pelo Tribunal do Trabalho. Recentemente, um coletor das apostas do jogo do bicho ganhou direito de indenização e reconhecimento da condição de trabalhador. Apesar de exercer uma atividade ilegal, praticada à margem da lei, seus direitos foram reconhecidos.

Não é possível que neste Estado os trabalhadores que servem à educação sejam destituídos de direitos.

Mais ilegal, mais destituído de direito é o Estado, que os contrata irregularmente.

Quando assumi a Secretaria de Estado da Saúde, disse ao Governador que iria fazer uma revolução na saúde. Um dos atos legais, que caracteriza um ato revolucionário ou evolucionário neste Estado, é o cumprimento da lei. Não se podem deixar essas pessoas com uma mão na frente e outra atrás, demitidas, sem a possibilidade de continuar a sobreviver. Isso não é aceitável. O direito delas tem de ser reconhecido.

Considero oportuna e importante a proposta de emenda à Constituição de V. Exa., que reconhece as condições e os direitos dessas pessoas como trabalhadores, dando a elas o ressarcimento integral pelo que produziram nesses anos de serviço.

Sempre fui defensor do concurso público correto, transparente, com o acompanhamento da sociedade, para que não haja fraude, garantindo que os melhores ocupem os espaços públicos para servir ao bem comum.

A maioria dessas contratações irregulares, muitas vezes, eram e são feitas para defender interesses privados, de amigos e parentes. Por isso, nunca fui favorável nem defendi o contrato direto. Acho que o Estado poderia e deveria ter feito o concurso público há muito tempo. Lamentavelmente, não o fez. Agora, não é justo, não é aceitável jogar essa responsabilidade sobre os ombros dos trabalhadores, cassando os seus direitos fundamentais.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Fico muito feliz em ver V. Exa. defender arduamente uma situação que já discutimos há mais de um ano nesta Casa, buscando a compreensão do Secretário da Educação. Mas foi preciso que a Sra. Madalena desmaiasse quase no colo do Governador para que o Executivo, bem como esta Casa, atentassem para esse problema. Não estamos falando de 500, 600 trabalhadores e sim de 40 mil, 50 mil trabalhadores da educação, que foram para o olho da rua, sem direito nem sequer a R\$1,00. O Deputado Paulo Piau e eu tentamos, por intermédio do Deputado Antônio Júlio, apresentar uma emenda em que os contratados do próximo ano tivessem, como primeiro critério de seleção, o tempo de serviço. Assim, D. Madalena e outras, que já têm 20, 25 anos de serviço, teriam direito ao trabalho.

V. Exa., junto a sua bancada, ainda tem a oportunidade de, neste final de ano, fazer justiça e votar essa emenda. Vamos torcer para que o Presidente Lula faça do Brasil um país com taxa de desemprego zero. Mas, enquanto isso não acontece, essa é a forma mais justa de agirmos. Não basta bradar e usar o microfone para dizer que eles têm direito à indenização, ao dinheiro, pois sabemos que o Estado de Minas Gerais está falido, vai continuar numa situação financeira difícilíssima, não tem garantia sequer do dinheiro para pagar a folha de dezembro e o 13º salário.

Mais uma vez, parabênzo V. Exa. por trazer esse problema à tona, neste momento fundamental. No Norte de Minas, muitos profissionais da educação sofrem com depressão e já tiraram filhos da escola. Espero que daqui para frente não precisemos de novas donas Madalenas.

Vou concluir, repetindo uma frase de Darci Ribeiro, meu conterrâneo.

Na vida ele somou mais derrotas do que vitórias. Mas, mesmo nas suas derrotas, se sentia vitorioso por não estar ao lado daqueles que o venceram.

Estou ao lado dos designados. Sou funcionária pública concursada e a favor do concurso público. Mas o cenário desenhado tem como co-responsável o Poder Legislativo, e espero que não fiquemos com essa carga de 50 mil, 60 mil trabalhadores da educação na rua, depois de terem servido tanto à nossa comunidade.

Este é um momento ímpar para discutirmos isso. O PT, naquele momento, no Colégio de Líderes, se colocou contrário a buscar esse critério como designação. Com certeza, capitaneados por V. Exa., chegaremos a uma solução positiva, que resgate a vida de tantos mineiros e mineiras.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Deputada Elbe Brandão.

Reafirmo minha posição de sempre: favorável ao concurso público em todos os níveis e em todas as áreas. Temos de acabar com essa situação de terceirização e contratos precários no Estado, cujo resultado é esse a que estamos assistindo. No meu entendimento, não existe o direito da estabilidade no trabalho. O concurso público é a porta de entrada no serviço público; mas os direitos trabalhistas daqueles que foram contratados precariamente, não apenas por interesse e vontade próprios -, embora, muitas vezes, muitos tenham sido privilegiados no setor - têm de ser reconhecidos.

O Estado tem de se organizar rapidamente para garantir o trabalho necessário. O Estado, enquanto estrutura, não pode ser o espaço para resolver o problema do emprego, pois fica inchado, deixa de aplicar recursos em setores importantes capazes de gerar mais empregos e desenvolvimento. Ele não deve acolher em seus espaços todos os que necessitam de emprego, mas fomentar, incentivar e criar mecanismos

para multiplicar, por meio de cooperativas e da própria iniciativa privada, as possibilidades de emprego. Para isso, deve ser mais eficaz e efetivo nas suas ações.

Entendo que o Estado deve ter um quadro de profissionais qualificados, capacitados, concursados e valorizados, para que possa bem servir ao conjunto da sociedade. Isso é o que estou defendendo. Agora, esses que trabalharam e que prestaram serviços relevantes ao povo de Minas Gerais não podem ser responsabilizados e abandonados. Devem ter os seus direitos reconhecidos e assegurados. Se o Estado não tem recursos é exatamente por causa do modelo prevalecente e sustentado por um governo ou por governos sucessivos que escolheram o caminho do endividamento, da aplicação de recursos para atender a direitos e interesses privados do capital sobre o trabalho, e de grupos poderosos, que concentram e absorvem muito dinheiro, em detrimento de outros que poderiam gerar mais trabalho e riqueza.

As análises mais recentes que tenho, Deputada Elbe Brandão, mostram que o Estado - por descuido, incompetência e opção - tem direcionado boa parte de seus recursos para sustentar interesses privados que estão acima do interesse público e para concentrar capital, muito mais do que para gerar empregos e promover a prosperidade. Essas análises indicam que mais de R\$4.000.000.000,00 são direcionados para sustentar o interesse do capital e que boa parte de recursos é desperdiçada. Escoam pelo ralo da corrupção, por falta de planejamento, bilhões de reais que poderiam ser aproveitados para um melhor aparelhamento do Estado, para valorizar seus funcionários e para o atendimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Não existe justificativa para sonegar os direitos dos trabalhadores e reter seus recursos, a não ser por essa lógica perversa e cruel, que, além de sustentar interesses da iniciativa privada e do capital - interesses restritos a grandes grupos econômicos -, também sustenta o pagamento de juros escorchantes, os maiores da história do País, os maiores em comparação aos pagos por outros países.

Itamar Franco se manifestou explicitamente, diante de o constrangimento de uma pessoa cuja esperança estava praticamente anulada e que perdera suas forças, sobre o caos e a grave situação por que passa o Estado. O Governo pagou R\$5.000.000.000,00 e ainda sofreu um aumento de R\$10.000.000.000,00 em sua dívida.

Essa lógica que prevalece no Estado de Minas e em todo o Brasil não possibilita nenhuma melhora na qualidade de vida do povo. Essa é a realidade dramática em que vivemos. Não podemos compactuar com isso. Não podemos aceitar essa justificativa. O Estado está empobrecido em razão do modelo governamental escolhido. A situação é grave, é séria, e não podemos admitir que ela se perpetue. O PT não vai se submeter a esse discurso. Não vamos admitir esse tipo de encaminhamento para justificar a sonegação dos direitos dos trabalhadores, para justificar o não-pagamento de seus salários e a situação caótica do Estado, principalmente em relação às políticas sociais. Temos que enfrentar essa situação e precisamos buscar um novo modelo. Mas, agora, a esperança se renova neste País, porque foi eleito um Presidente da República que traz em seu discurso e em sua história um novo compromisso, o compromisso de fazer do País uma Nação justa e próspera. Uma nação que partilhe melhor os seus recursos e que os direcione fundamentalmente para resgatar a dignidade das pessoas e promover a cidadania.

Questão de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, antes de concluir a discussão desse assunto, considerando a ausência de muitos parlamentares em Plenário e já que precisamos da presença de 26 Deputados, solicito a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião. Assim, na próxima reunião, poderemos tratar especificamente do veto apresentado pelo Governador.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Fábio Avelar) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Para continuar a discutir, com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Meu tempo está esgotado. Apelo à Comissão de Educação, que tem enorme responsabilidade para com o plano de cargos e carreira - sob direção do PFL e cujo relatório é de responsabilidade do PSDB -, que encaminhe o projeto em tempo hábil para votação. Hoje, o projeto que trata do plano de carreira está sendo obstruído na Comissão de Educação. Seus integrantes devem tomar medidas urgentes para que ele chegue ao Plenário para ser analisado, discutido e votado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores, temos hoje, como primeiro projeto a ser votado, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.267, que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher, um órgão da maior importância, já que ter um diagnóstico e conhecer as demandas e os problemas de saúde da mulher é fundamental para que implantemos programas que a atendam, ela, que é responsável por tantas gerações.

O veto a essa proposição contrapõe-se, então, à necessidade de termos uma política pública voltada para a saúde da mulher. Por isso, colocamo-nos contrários a ele, já que está na contramão da necessidade de uma política pública bem definida para a questão de gênero. E não só as mulheres, mas também as adolescentes precisam de uma atenção especial. A Ouvidoria de Saúde será um instrumento fundamental para conhecermos melhor os problemas que a mulher mineira enfrenta e, a partir daí, construirmos um programa para atendê-la adequadamente.

Mas o que se coloca hoje como pano de fundo dessa nossa discussão - e já foi outras vezes reiterado nesta Casa - é a questão do plano de carreira dos servidores da educação. É preciso dizer que a longa história de luta desses profissionais transformou-se em um projeto, nessa questão do plano de carreira, a partir da organização do Sind-UTE. Ele foi fundamental na sintetização de todos os problemas que vivem os profissionais da educação, não só os do magistério, e passou a ser o instrumento que representa a luta desses trabalhadores e as suas reivindicações com relação à categoria, ao ambiente profissional e ao futuro não só deles, mas também o de sua família, com relação aos proventos. Também com relação ao futuro das próximas gerações às quais estão ligados os profissionais da educação, quando, em uma sala de aula, em uma escola, em um colégio, transformam as gerações para o futuro do País.

Então, o Sind-UTE representa os trabalhadores, os seus anseios, as suas demandas, as suas reivindicações, sendo o instrumento maior de luta dos trabalhadores da educação em Minas Gerais, quicá o movimento mais organizado, mais determinado dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Eles o fazem dessa forma mais aguerrida e determinada, porque sabem a importância da educação enquanto motor de desenvolvimento humano, instrumento de mudança de uma sociedade. Diz o autor brasileiro que todos nascemos desiguais e que somente a educação pode nos igualar, por meio do conhecimento, dando-nos condições de igualdade uns perante outros e todos perante a sociedade, o coletivo. Se essa é a forma mais adequada, se esse é o instrumento mais importante para que nos igualemos enquanto homens e mulheres, diante de nós mesmos,

na condição de defesa da vida, de construir um novo mundo, novas idéias, se não há um outro instrumento que não a educação, esse instrumento, então, é privilegiado, faz parte da prioridade de investimento, da atenção do Estado, do poder público.

Podemos comparar a educação de Minas com a de outros Estados que a tomaram como prioridade e observar a diferença do impacto de uma educação de qualidade, quando se buscam o homem e a mulher criativos, observadores do mundo, críticos para construir um novo momento, uma nova sociedade. Quando observamos países que se dizem do Primeiro Mundo, lá está, em primeiro lugar, fundamentando todas as ações, enquanto pano de fundo da sociedade que se desenvolve do ponto de vista científico, cultural, intelectual, industrial, econômico, de ver a vida, a educação, como o instrumento mais importante para a transformação dessa sociedade. Fazemos, então, uma observação crítica sobre o nosso trabalho e o de outros.

Os países de Primeiro Mundo têm qualidade de vida, a melhoria das perspectivas do futuro, porque colocaram a educação como o foco mais importante, como o instrumento transformador. Se temos hoje todas as mazelas sociais, as mazelas do analfabetismo, as mazelas da qualidade profissional de tantos brasileiros, é porque não investimos na qualidade do ensino, na perspectiva de futuro para transformar o homem por meio das suas idéias, do seu sistema cognitivo.

Por isso, essa luta do sindicato dos trabalhadores, de todos os trabalhadores de educação de mais de 20 anos... sobre esta última legislatura, posso falar o que acompanhei, o que vi, a luta deles junto ao Governo do Estado.

Sr. Presidente, em outubro de 1999 realizamos um grande seminário intitulado "Construindo e Reconstruindo a Educação em Minas Gerais". Esse seminário foi precedido por vários outros, descentralizados em mais de dez regiões do Estado de Minas Gerais, ocasião em que pudemos discutir com os profissionais da educação a sua realidade. Não só a realidade vivida naquele momento, mas toda a experiência adquirida em tantos anos de lide na educação. Ouvimos setores do magistério, dos serviços gerais, pedagogos e tantos outros profissionais qualificados na educação em várias regiões. E foi esse momento fundamental para realizarmos o seminário final, aqui nesta Casa, quando contamos com mais de 600 profissionais da área da educação e pudemos fazer um relatório que embasou o Projeto Escola Sagarana, implementado tão eficazmente por este Governo, pelo Secretário Murílio Hingel. No momento em que entregamos esse relatório ao Secretário, foi cobrado de S. Exa. o plano de carreira dos servidores da educação. E, ali mesmo, o Secretário disse que seria necessário realizar, primeiro, o concurso público para, depois, aprovarmos o projeto.

No ano seguinte, em 2000, realizamos o fórum técnico de educação de jovens e adultos. Estiveram presentes cerca de 800 profissionais da área da educação. Também ao final desse seminário elaboramos um relatório, que foi entregue ao Secretário Murílio Hingel, o qual nos disse que em 2001 estaria sendo realizado o concurso público e, logo após, seria apresentado o plano de carreira. Assim foi feito. Em 2001, o concurso público foi realizado, e, logo a seguir, uma mobilização dos profissionais da educação, através de uma greve, pressionou o Governo a agilizar o processo de elaboração desse plano de carreira.

Acompanhamos todo esse processo. Durante a greve, estive, juntamente com membros do Sind-UTE, representando a Bancada dos Trabalhadores, em uma conversa com o Prof. Murílio Hingel sobre o projeto do plano de carreira. Eu disse que tinha interesse na aprovação desse plano. Seria a realização de um sonho, por ter realizado o concurso, como fez, terminando o seu governo com a aprovação desse plano. Disse-nos, de forma determinada, que era o seu desejo e, por isso, estava ali para colaborar com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação e com a própria Assembléia para que o projeto fosse apresentado o mais rápido possível nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa esteve presente e cumpriu seu papel, quando nós, Deputados, representantes dos interesses da categoria, estivemos lá, articulando a apresentação desse projeto.

Como foi elaborado esse plano de carreira? Naquele momento estavam lá o Sind-UTE, representando os trabalhadores da Educação, representantes das Secretarias de Estado da Educação e do Planejamento e também representantes da Procuradoria-Geral do Estado, buscando avançar conosco na conformação da lei.

Foram quase dois meses de estudo, de intenso trabalho desta comissão, para que o projeto viesse a esta Casa, preparando a articulação, a parceria e o acerto de entendimento, para que quando aqui chegasse, não tivesse problema em sua tramitação. Os interesses do Estado e da categoria foram discutidos e garantidos no projeto.

Não foi uma construção unilateral, do Secretário da Educação ou do Sindicato dos Trabalhadores da Educação somente. Foi um conjunto de forças, de interesses que possibilitou a apresentação desse plano.

O Deputado Rogério Correia tinha apresentado um projeto, que estava pronto para a ordem do dia. Foi em uma reunião da nossa bancada com o Sind-UTE que convencemos o Deputado Rogério Correia a retirar seu projeto, para que esse outro, fruto do entendimento do Estado e dos servidores da educação, pudesse tramitar. Foi assim a chegada desse projeto nesta Casa.

Estamos hoje diante dessa situação. Parece-nos que, neste momento, o Governo Itamar Franco não quer esse projeto, que o Prof. Murílio Hingel também não se interessa por esse plano de carreira. Por consequência, parece-nos também que o PMDB não tem interesse. Há um ambiente criado nessas discussões que leva a crer que ninguém quer esse projeto nesta Casa.

Fica parecendo que nem o Governador Itamar Franco, nem o Secretário de Estado Murílio Hingel, nem o PMDB querem na Casa esse projeto que define o plano de carreira tão importante para a categoria. Não é isso que temos ouvido do Governador Itamar Franco, nem do Secretário de Estado Murílio Hingel, que tem o máximo interesse na aprovação desse projeto, nem do Líder do PMDB.

Quem não quer que esse projeto tramite nesta Casa? Tenho a certeza de que não são os Deputados que estão aqui. Esse projeto passa na Comissão de Educação, a pedido. Não era para passar no 2º turno. Deveria ir à Comissão de Finanças e retornar a este Plenário. No entanto, passa pela Comissão de Finanças e há um pedido para que esse projeto passe pela Comissão de Educação, e é indicado para essa comissão o Relator, Líder do PSDB.

Fica parecendo que os Deputados não querem esse projeto. Quando o PT faz a obstrução fica parecendo que somente nós somos a favor desse projeto.

Não entendo assim. Não acho que somente o PT esteja interessado na aprovação do plano de carreira tão almejado pelos professores e pelos Deputados desta Casa. A partir da obstrução feita na Comissão de Educação vê-se que o PSDB não tem interesse que esse projeto seja aprovado nesta Casa.

Talvez um ou outro do PFL não queira que esse projeto saia da Comissão de Educação. É preciso definirmos essa questão e localizarmos o problema: onde está a obstrução e quem está obstruindo. Se esse projeto não chega a este Plenário é porque não sai da Comissão de Educação. O Relator desse projeto é o Líder do PSDB.

Nós, que representamos a sociedade, que sempre dizemos que a educação deve estar em primeiro lugar, que o plano de carreira é fundamental para dar segurança aos profissionais da área de educação, precisamos construir uma carreira que dê possibilidade de ascensão. Quando os profissionais se qualificam, quando fazem mestrado, um doutorado, devem ter chance de ascensão vertical ou horizontal em sua carreira.

Quem fez somente a graduação não pode ficar na mesma situação de quem tem mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Quem se qualificou, quem se capacitou, quem investiu em sua profissão precisa ser valorizado. Sem um plano de carreira, é impossível a valorização profissional dos servidores da educação.

Como vão trabalhar com toda a determinação, com todo o empenho, com toda qualificação, se são os primeiros a não serem valorizados; se não têm o olhar dos dirigentes do Estado?

Os sentimentos desses profissionais diante dos dirigentes é que ao Estado pouco importa se são bons ou não, se se empenham ou não, se estão presentes em sala de aula ou não, se os alunos estão aprendendo ou não, se se está construindo um futuro a partir da escola ou não. Os profissionais da educação sentem-se completamente abandonados por este Estado, que ainda não compreendeu o valor e a necessidade de uma escola pública de qualidade para democratizar o conhecimento e para construir uma nova sociedade, democrática e solidária.

É a partir da educação que construiremos uma nova sociedade, a democracia e o respeito às pessoas. Este Estado ainda é feudal, na medida em que há uma completa desvalorização do ser humano que produz e a autoridade muitas vezes é usada de forma vertical e autoritária.

Educação é o instrumento que cria o ambiente favorável às mudanças e à construção de um novo mundo. Quem está habilitado a fazer isso não tem o olhar do Estado, não recebe remuneração de acordo com o investimento que faz em sua própria qualificação profissional. Esta Casa encontra-se diante desse imbróglio, e o PT não poderia deixar de colocar sua posição clara e utilizar do instrumento da obstrução para que esse projeto, que trata do plano de carreira do magistério, venha a esta Casa. Como representantes do povo, vamos frustrar os servidores da educação se não nos dedicarmos, com todo empenho, à aprovação desse projeto ainda este ano. Se não aprovarmos esse projeto, reduziremos a zero todos os esforços, não somente da categoria, mas também desta Casa, que o aprovou na Comissão de Justiça, na Comissão de Educação, na Comissão de Fiscalização Financeira, na Comissão de Administração, no Plenário, em primeira votação, depois retornando à Comissão de Educação. Para que serviu toda essa energia? Para que serviu todo esse gasto financeiro? Para que serviu todo esse esforço por um projeto tão importante? Não me refiro apenas à nossa energia, mas também à energia gasta pelo Secretário da Educação, pela comissão formada por representantes do Sind-UTE e pelas Secretarias? De que valeu todo esse esforço se não aprovarmos esse projeto neste ano? Terminada esta legislatura, todos os projetos são arquivados. Aí, para a próxima legislatura, todos os projetos arquivados começam do zero. Têm de começar novamente toda a sua tramitação, primeiro pela Comissão de Justiça, depois pelas comissões temáticas, depois pela Comissão de Administração Pública, depois pelo Plenário, em primeira votação, e assim por diante.

Não é justo que com um projeto na mão, resultado da articulação dos vários interessados, não aproveemos esse projeto este ano. É inadmissível, não se explica isso à opinião pública, muito menos aos servidores da educação e a nós mesmos, à nossa própria consciência, aquela que é a vigia permanente das nossas ações. Não se explica para a nossa consciência que depois de tanto esforço não se aprove um projeto de tal magnitude e importância.

O projeto de plano de carreira que tramita nesta Casa, coloca-se para nós como o mais importante neste momento, pois vamos atender a milhares de servidores da educação.

Questão de Ordem

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, verificando a falta de quórum, solicito que o senhor encerre de plano esta reunião, pois não há quórum nem para a discussão das matérias da pauta.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Mauri Torres) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Para continuar a discussão, com a palavra, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero saudar os membros do Sind-Saúde, que vêm lutando por dois projetos: um, relativo à pensão vitalícia dos trabalhadores das colônias de hansenianos; o outro, relativo aos 30% adicionais da gestão SUS para o setor administrativo, um setor muito importante da saúde.

Tanto o Sind-Saúde quanto o Sind-UTE têm sido instrumentos valiosos na defesa dos interesses dos servidores, assim como é extremamente importante a questão da saúde e da educação para o povo brasileiro.

Não se faz política pública sem o profissional adequado, estimulado, qualificado, capacitado e valorizado. Não se produz políticas públicas de qualidade se o Estado não valoriza seus profissionais.

Saúdo os servidores públicos da saúde, representados pelo Sind-UTE e pelo Sind-Saúde, nesta luta permanente na defesa dos seus interesses. Esse é o papel dos sindicatos, extremamente importante. Imaginem se não os houvesse, se não tivéssemos esses instrumentos de luta na defesa dos interesses dos trabalhadores. Esses, sim, são os que produzem políticas públicas.

Quem produz a política pública e o serviço para a sociedade são os servidores públicos. Na ponta, é o professor que lá está com 30 a 50 alunos dentro da sala de aula, com todos os problemas que vivem crianças e adolescentes, vítimas da violência nas periferias de uma sociedade desigual como a nossa e da discriminação de gênero ou de raça.

O professor, a Diretora e os pedagogos, em última instância, estão a enfrentar esse complexo cultural da injustiça social.

Quando se pesquisa a educação no País, a questão do aprendizado de crianças e adolescentes, e quando se vê que há um problema grave nessa questão, na ponta, quem se responsabiliza por isso são os profissionais do magistério, são os professores que estão em salas de aula, às vezes pouco ventiladas, como se fossem fornos, cobertos que estão por telhas de amianto. Salas pouco iluminadas, às escuras, sem quadro-negro adequado para o ensino e com alunos muito pouco motivados para o aprendizado.

Tenho recebido reclamações dos professores, nas várias cidades e regiões pelas quais passo, que vão desde a desmotivação dos alunos até o descaso com que o Estado trata os profissionais da educação. Então, o que se vê hoje é um clima e um ambiente de muito pouca motivação dos profissionais da educação.

Sou médico concursado da saúde. Passei no concurso nos idos de 1984. Enquanto servidor do Estado, visto a camisa e tenho todo o interesse de produzir melhores serviços para a população. Mas o Estado, aos poucos, é capaz de ir acabando com essa paixão, de ir desmotivando seus profissionais, porque lhes vira as costas.

A questão dos salários é fundamental porque é o que mantém sua vida. Mas não se trata apenas disso. Trata-se do descaso total do Estado para com seus servidores públicos. Então, não podemos perder a oportunidade de fazer justiça a um setor tão fundamental quanto o da educação. Não podemos deixar de corrigir um erro histórico.

Pergunta-se uma coisa óbvia: como é que podemos ter uma Secretaria da Educação com milhares e milhares de profissionais e não ter um plano de carreira para eles? Como é que se pode fazer o discurso de que a educação é fundamental, que somente ela poderá mudar o mundo e criar perspectivas para o País, se não há um plano de carreira para esses profissionais? Que discurso é esse, tão distante da prática? Nos momentos de campanha, sempre ouvimos dizer que educação e saúde são prioridade. Os representantes do Sind-Saúde e do Sind-UTE estão aí, lutando permanentemente pela valorização de seus profissionais. E, se estão fazendo isso, é porque lhes falta essa valorização e esse cuidado.

Portanto, esta Casa precisa debruçar-se sobre esse assunto com muito cuidado e atenção. Esse plano de carreira trouxe uma grande expectativa para os profissionais da educação. Trouxe de novo a esperança para seus servidores. Ele trouxe novamente até a vontade de continuar trabalhando nas salas de aula, porque o Governo sinaliza com o resgate da cidadania desses profissionais. Por isso, em todos os rincões do Estado, em todas as suas escolas e superintendências regionais, os profissionais da educação estão à espera de justiça, justiça clamada há mais de 20 anos. Somente nos últimos quatro anos, eles estiveram presentes em vários momentos, não somente nesta Casa, mas também em diálogos com o Secretário, pedindo e exigindo, depois de tanta espera, o plano de carreira. Essa é a sua expectativa.

Então, perguntamos: "será que esta Casa vai frustrar os servidores da educação? Será que seremos o instrumento de frustração dessas expectativas? Será que esta Casa será responsabilizada pela não-aprovação do plano de carreira dos profissionais da educação? Será que os Deputados voltarão para suas casas no recesso parlamentar onerados pela não-aprovação desse plano de carreira?". O plano de carreira não pode ser votado, por não estar na pauta. O projeto está agarrado, sofrendo obstrução na Comissão de Educação. Será que todos seremos responsabilizados por isso? Será que os Deputados terão de ser responsabilizados por isso? Claro que não. Os Deputados não poderão ser onerados pelo fato de o plano de carreira não ter chegado a este Plenário para a votação em 1º turno. Se há algum problema no plano de carreira, ele se localiza na Comissão de Educação, nas mãos do Líder do PSDB, Deputado Antônio Carlos Andrada, que é o relator do projeto.

Tenho certeza de que, quando o plano de carreira entrar na pauta, os Deputados votarão por sua aprovação. Sei da responsabilidade dos meus pares e da sua determinação em aprová-lo. Afinal, como voltaremos para nossas bases sem tê-lo aprovado? Como vamos encarar os professores e os servidores da educação em nossas cidades quando, durante as festividades do Natal, nos perguntarem: "Sr. Deputado, por que não foi aprovado o plano de carreira do magistério que o Executivo enviou à Casa?".

O Executivo não poderá ser onerado por esse atraso na votação do projeto do plano de carreira do magistério. Enviou-o à Casa e quer que seja aprovado. Esse é o desejo do Governador Itamar Franco e do Secretário da Educação Murílio Hingel.

O Secretário da Educação tem dito a todos que seu sonho é que o plano de carreira do magistério seja aprovado ainda em sua gestão. O concurso público, o Projeto Sagarana, a construção e a constituição do sistema mineiro de educação, a reconstrução e as reformas de escolas e a dedicação evidente de sua equipe são fruto do trabalho responsável de Murílio Hingel na Secretaria da Educação. Nada é perfeito, sabemos disso, mas, no geral, não há como negar que sua atuação foi deveras importante para Minas Gerais. Assim sendo, não será ele responsabilizado pela não-aprovação do plano de carreira, tampouco o serão o Governador Itamar Franco e o PMDB.

Não pode ficar a impressão de que o PMDB e outros partidos não estejam querendo aprovar o plano de carreira do magistério. O projeto está enfrentando problemas na Comissão de Educação, nas mãos do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada.

Os Deputados e o Sind-UTE esperamos que o relator se pronuncie logo, logicamente a favor do projeto, mas, caso seja contrário à sua aprovação, que não demore mais. O Sind-UTE e os Deputados não podemos ficar esperando eternamente pelo relatório da Comissão de Educação. Temos pressa em conhecer o posicionamento do PSDB e do Governador recém-eleito em relação à educação.

Não haverá gastos nem custos para o Governo do Estado com esse primeiro projeto. A tabela, que compõe o plano de carreira, restabelecerá a justiça e, então, haverá novos valores que onerarão a folha de pagamento. Logo, neste primeiro momento, não há motivos para não aprová-lo. Se o problema é a tabela, podemos negociá-la.

O projeto prevê que, 60 dias após a sua aprovação, o Governador enviará uma tabela a esta Casa. Se esse prazo é considerado curto, porque o Governo ainda estará em sua fase inicial, podemos ampliá-lo. Podemos colocar 120, 180, 200 dias, mas é necessário que seja aprovado este ano. Não podemos transformar a recusa a esse projeto em um presente de Natal aos milhares de funcionários da educação. Profissionais que, há mais de 20 anos, dedicam sua vida, sua alma, seu tempo de lazer - quando têm de corrigir provas e programar as aulas - à educação. Nós, que precisamos desses profissionais para chegar onde estamos, não podemos virar-lhes as costas, pois são trabalhadores valorosos, que constróem a verdadeira história deste País.

O PT faz essa obstrução nesta Casa para que tenhamos, no Plenário, o projeto de lei do plano de carreira dos servidores da educação. É justa a luta dos trabalhadores da educação e a vontade dos parlamentares que desejam, de fato, sua aprovação. Talvez o PSDB não a queira, como o está demonstrando. Então, deveria esclarecer a sua posição na Comissão de Educação, para que tomemos as providências. Não podemos ser enganados por mais tempo. Esse projeto já foi estudado e revirado. Ele é fruto da articulação dos interesses dos trabalhadores da educação com os dos membros do Governo de Minas e teve, ainda, a participação da Procuradora do Estado, que alinhou seu formato legal.

Questão de Ordem

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, verificando de plano que não há quórum para votação, solicito que encerre, de plano, esta reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, assisti atentamente à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum e estava, ao mesmo tempo, na Comissão de Educação, que discute agora o plano de carreira dos trabalhadores da educação. A reunião está em andamento, procurando alguma solução para a entrada em discussão do plano de carreira. O Deputado Antônio Carlos Andrada está participando da reunião. Apresentei um requerimento que, talvez, solucione os nossos impasses. Nesse requerimento, solicitei a convocação de uma reunião hoje ou, no mais tardar, amanhã cedo, em regime de urgência, que conte com a presença dos representantes do futuro Governador Aécio Neves e dos membros do Governo Itamar Franco responsáveis pela elaboração, junto ao Sind-UTE, do plano de carreira. Seriam, em especial, o Secretário da Educação, Prof. Murílio Hingel, nosso ex-Ministro, e também os Secretários da Fazenda e do Planejamento. É muito cobrado pelo Deputado Antônio Carlos Andrada o custo do plano de carreira. Esse requerimento está sendo apreciado e vim, rapidamente, ao Plenário, para informar isso. Seria uma reunião de urgência, quem sabe nessa reunião cheguemos a uma solução desse impasse sobre o plano de carreira dos professores?

Portanto, essa seria uma solução viável. Teríamos a reunião com o futuro Governo e também com o sindicato para saber dos acontecimentos que poderão nortear a agilização ou não da reunião em Plenário. Nós, da Bancada do PT, estamos em processo de obstrução devido ao plano de carreira. A votação desse veto não resolve o problema, porque há outro veto na pauta. Se continuarmos nesse impasse, iremos convocar reuniões para janeiro. Não é a nossa intenção, queremos chegar a um acordo e queremos que os servidores da educação tenham o seu plano devidamente discutido. O Deputado Miguel Martini já está inscrito para a discussão do veto e entrará no processo de obstrução, assim como o Deputado Doutor Viana.

Peço a V. Exa. que suspenda a reunião para aguardarmos o resultado da Comissão de Educação, para ver se entramos em algum tipo de acordo. Isso talvez agilizasse o andamento do processo em Plenário. É uma hipótese. Vamos convidar os membros do Governo futuro para tentar algum tipo de acordo.

Não sei se o Deputado Antônio Carlos Andrada entendeu que é difícil que as coisas andem nesta Casa se não houver acordo, principalmente com a futura Bancada do PT, que virá com 15 Deputados e também a Jô Moraes, que estará junto conosco nas questões cruciais. Preferimos o diálogo no próprio andamento regimental. Peço que V. Exa. leve em consideração esse resultado das urnas, que tem um significado importante, e suspenda a reunião. Não é justo que um único Deputado barre um projeto por tanto tempo. O Deputado Antônio Carlos Andrada deveria, a favor ou contra, dar o seu parecer. Embora seja regimental, não é justo que S. Exa. barre um projeto dessa magnitude. Isso é responsabilidade do Plenário, que deve apreciar o projeto.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, quero reforçar esse pedido do Deputado Rogério Correia. Essa obstrução não agrada a ninguém. É um projeto que foi exaustivamente discutido. O Governo do Estado fez uma análise e uma tomada de posição junto ao Sind-UTE e com a categoria, deixando-nos esperançosos a respeito de uma solução. É com tristeza que vemos alguém encaminhar esse projeto para o engavetamento. Não é certo uma classe ser tratada de maneira tão discriminada, tão injusta como vem sendo.

A esperança tem de continuar a existir, e, do jeito que está sendo desenhada, não vemos perspectiva de solução. É lúcido o esclarecimento e a solicitação do Deputado Rogério Correia. Pedimos a V. Exa., grande mediador nessas circunstâncias, que atenda a esse pedido, para que se busque uma solução mais adequada e possamos discutir de maneira mais justa essa situação.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos seguindo detalhadamente as reuniões que ocorreram semana passada e nesta semana.

Temos, neste momento, três matérias em que precisamos concentrar nossos esforços neste fim de ano: o orçamento, que ainda não chegou a este Plenário, estamos trabalhando essa peça; a lei delegada e também o plano de carreira. Não podemos deixar as coisas separadas. Não podemos votar e aprovar o plano de carreira e, em contrapartida, não materializar o que aprovamos nesta Casa.

Estou aqui há 12 anos e sei que, muitas vezes, vota-se matéria importante, mas, quando se chega ao final, não há condições de cumprir a lei votada nesta Casa.

Fundamento a importância de andarem juntos o orçamento - peça fundamental desta Casa -, a lei delegada - peça fundamental para o futuro Governo - e o plano de carreira, que estamos discutindo. Não adianta montar comissão. Quando queremos prorrogar as coisas, discutimos em comissões. Por que razão vem a esta Casa, Deputado Rogério Correia, essa comissão, para discutir uma questão que é matéria vencida?

Não vejo necessidade de os Secretários da Educação e do Planejamento e a equipe de transição aqui virem, se não temos condições de materializar, Deputado Edson Rezende, aquilo que precisamos votar: o plano de carreira.

Há uma série de questões nesse plano de carreira que só conseguiremos materializar após uma discussão bem ampla. É o início do caminho, da jornada, o que estamos discutindo. Na realidade, tudo isso depende de questões fundamentais para que se torne realidade e que os professores saibam o caminho final a que chegaram.

Proponho a esta Casa assentarmos-nos para que possamos, em conjunto, caminhar na mesma direção. Caso contrário, vejo, com muita tranquilidade, que discutiremos, discutiremos e não chegaremos onde devemos. Agora é hora de resolvermos os impasses.

Entendo o trabalho do Deputado Rogério Correia e dos que defendem ardorosamente o plano de carreira. Acho justa essa discussão, porque foram dois anos de muito trabalho. Não se pode jogar na lata de lixo aquilo em que se trabalhou por dois anos.

É o momento de darmos um ponto final nesta legislatura de maneira consciente, tranqüila, fundamentada, mas não nos esquecendo de que não adianta votar para depois não materializar. Essa é a nossa contribuição para caminharmos de maneira que todos sejam contemplados, principalmente naquilo que é dever da Assembléia: colocar as matérias em pauta e votá-las dentro do princípio do respeito e da democracia. Muito obrigado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Rogério Correia, vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão do veto.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Mauri Torres) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Silveira) - Responderam à chamada 27 Deputados, número insuficiente para a votação, mas suficiente para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.266, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bueno Brandão o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, trata-se da discussão do Veto Total ao Projeto de Lei nº 15.266, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bueno Brandão imóvel que especifica. Foi designada uma comissão especial, e a relatora, Deputada Maria Olívia, deu parecer pela rejeição. O Governador do Estado comunicou a esta Assembléia Legislativa as razões do veto, que não foram suficientes para convencer a Deputada Maria Olívia.

O projeto de lei é muito simples: fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bueno Brandão o imóvel constituído por terreno com área de 405m², situado nesse município. O imóvel descrito nesse artigo destina-se à construção da sede do Poder Legislativo no Município de Bueno Brandão. É comum em municípios do interior a Câmara Municipal funcionar no mesmo prédio da Prefeitura. O Prefeito sai da Prefeitura e já "cai" no Plenário da Câmara Municipal e vai aprovando os projetos. Às vezes o Poder Legislativo Estadual age assim, às vezes se curva tanto que só falta o gabinete do Governador do Estado passar a funcionar no prédio da Assembléia Legislativa, visto que leis delegadas são enviadas, planos de carreiras são barrados, tudo à vontade do Governador que nem posse tomou.

É importante esse projeto de lei porque o Poder Legislativo em Bueno Brandão passaria a ter sede própria e, quem sabe, independência em relação ao Executivo. Quem sabe nós também possamos colocar a sede do Executivo mais distante da Assembléia Legislativa e ganhar algum grau de independência? O Deputado Antônio Carlos Andrada já assumiu ares de Líder, e todos devem curvar-se aos seus desejos sem nenhuma discussão. Mas esse é um assunto que deve ser tratado com mais seriedade e com mais Deputados presentes.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, encontram-se apenas 15 Deputados em Plenário, motivo pelo qual solicito a V. Exa. que encerre a reunião, porque é necessário quórum de 26 Deputados.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, como Líder do PDT comunico o afastamento desta Casa do Deputado Marcelo Gonçalves, por determinação médica, até o dia 6 de janeiro. Ele fez uma cirurgia e encontra-se afastado da sua vida profissional, como médico e como parlamentar.

O Deputado Marcelo Gonçalves solicitou-me que fizesse a leitura, na reunião da tarde, de uma correspondência enviada a esta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da SAMARCO

Às quinze horas do dia treze de novembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Alencar da Silveira Júnior e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BDPD). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alencar da Silveira Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado João Paulo em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Fazenda com pedido de informação urgente, tendo em vista a proximidade do

encerramento dos trabalhos da Comissão, da ocorrência de sonegação no recolhimento do ICMS pela empresa SAMARCO, de Mariana, referente ao transporte do minério de ferro para o Estado do Espírito Santo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

João Paulo, Presidente - Alencar da Silveira Júnior - Irani Barbosa.

ATA DA 105ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Bilac Pinto e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.217/2002, em turno único (relator: Deputado Bilac Pinto). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.907/2001 na forma do vencido no 1º turno (relator: redistribuído ao Deputado Bilac Pinto). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, cada um por sua vez, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.832/2001 (relator: Deputado Dinis Pinheiro). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 3.509 e 3.510/2002, do Deputado Miguel Martini. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita sejam encaminhados ofícios a seguintes autoridades: Ministro dos Transportes, solicitando elaboração de novo projeto para a BR-135, no trecho que liga Montes Claros à serra de Francisco Sá; liberação de recursos para a continuidade das obras de recuperação da BR-365, no trecho de Montes Claros a Pirapora e inclusão da implantação de trechos da BR-135 e da BR-251 no planejamento do Governo Federal para 2003; ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, solicitando a melhora do patrulhamento na BR-365 e na BR-040; e a todos os Deputados Federais e Senadores mineiros, solicitando apoio aos requerimentos supracitados; e é rejeitado o requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG para a pavimentação da BR-267. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Dilzon Melo, Presidente - Bilac Pinto - Irani Barbosa.

ATA DA 127ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, João Leite e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a debater a implantação de uma casa de albergado, em edificação anteriormente destinada à Escola Estadual José Oswaldo de Araújo, no Bairro Engenho Nogueira, nesta Capital, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Angela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos comunicando que o Cel. Rúbio Paulino Coelho, Coordenador do Grupo de Trabalho, foi constituído pelo Governador do Estado para implementar medidas urgentes, visando ao esvaziamento das cadeias públicas de Belo Horizonte; e dos Srs. Francisco Monteiro de Freitas, Delegado Regional de Segurança Pública de Montes Claros, informando que a 8ª Delegacia Regional daquele município será representada pelos Delegados José Messias Sales Alves e Carlos Alexandre Gomes dos Santos, titulares das Delegacias de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e Crimes contra a Pessoa, na reunião do dia 2/12/2002, em Montes Claros; Agostinho Martins, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Paracatu, solicitando o auxílio técnico desta Comissão para análise de dados estatísticos sobre número de homicídios ocorridos naquele município nos períodos de 2000, 2001 e 2002; Deputada Federal Maria Elvira, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.446/2002, publicado no "Diário do Legislativo" em 28/11/2002; cartas dos Srs. Jair Vieira dos Santos, detento da cadeia pública de Peçanha, pedindo ajuda em seu processo criminal; convite aos membros da Comissão da Secretária de Estado da Justiça e de Direitos Humanos para o lançamento do Livro da Memória da Secretaria; e da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, para participarem da celebração dos 54 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.562/2001 (relator: Deputado Edson Rezende). A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença dos Srs. Herbert José de Almeida Carneiro, Juiz da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte; Lenira Rueda Tibúrcio, Chefe de Gabinete, representando Carlos Henrique Cardoso Medeiros, Secretário Municipal de Coordenação e Gestão Regional Noroeste; José Walter Resende Aguiar, Gerente Pedagógico da Educação, representando Maria Cristina Rodrigues, Secretária Municipal de Coordenação e Gestão Regional Pampulha; Pe. Dino Barbiero, da Capela São Geraldo e Milton Carlos da Silveira, Presidente da Associação Comunitária da Regional do Bairro Engenho Nogueira - ACREN de Belo Horizonte, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - Edson Rezende - João Leite - Sargento Rodrigues.

ATA DA 100ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Às dez horas do dia quatro de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Bené Guedes e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Júnior e Eduardo Brandão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a crise das empresas de gás natural veicular e a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Chefe de Gabinete do Presidente da FIEMG, indicando o Sr. Alexandre Garcia de Araújo para representar o Presidente nesta reunião. A Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei nº 2.186/2002 e informa que, em 28/11/2002, designou o Deputado Doutor Viana relator da matéria, no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.186/2002 (relator: Deputado Doutor Viana); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.322/2002 (relator: Deputado Bené Guedes). A

Deputada Maria José Hauelsen passa a Presidência ao Deputado Bené Guedes, para que seja discutido e votado o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.370/2002, de sua autoria. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana). A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre a crise das empresas de gás natural veicular. Registra-se a presença dos Srs. Alexandre Garcia de Araújo, Assessor da Vice-Presidência da FIEMG; Cláudio Arnaldo Lambertucci, Presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais - SINDIREPA -; Raimundo Alves de Oliveira, Gerente-Executivo do SINDIREPA; José Roberto Cardoso, Coordenador da Câmara Setorial de Gás Natural Veicular do SINDIREPA; Áureo Stradioto, da Câmara Setorial de Gás Natural Veicular do SINDIREPA; Pedro Zwaal, representando a Associação Brasileira de Gás Natural Veicular - ABGNV -; Sérgio Mattos, Vice-Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais - MINASPETRO -, e seu assessor, Konstantinos Antypas, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais, e, em seguida, passa a direção dos trabalhos ao Deputado Doutor Viana, que concede a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Maria José Hauelsen, Presidente - João Paulo - Agostinho Patrús - Doutor Viana - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 24ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Chico Rafael, Paulo Piau e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.240, 2.241 e 2.271/2002, todos na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado João Batista de Oliveira). O Projeto de Lei nº 2.458/2002, no 1º turno, é convertido em diligência ao IMA e à EMATER-MG, para que se forneça a relação dos municípios que devem compor as regiões demarcadas de produção de queijo minas artesanal, quais sejam as da serra da Canastra, da serra do Salitre e do Serro, a requerimento do relator, Deputado João Batista de Oliveira, aprovado na reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Paulo Piau - Kemil Kumaira - Márcio Cunha - Maria Olívia.

ATA DA 66ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às onze horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Adelmo Carneiro Leão, Cristiano Canêdo e Hely Tarquínio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.439/2002, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Eduardo Brandão) e o parecer pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2, apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.437/2002 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Hely Tarquínio, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.172/2002 com a Emenda nº 1, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Veira - Cristiano Canêdo.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal

Às dez horas do dia onze de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Dilzon Melo, Luiz Tadeu Leite, Alberto Bejani e Irani Barbosa (substituindo este ao Deputado Luiz Menezes, por indicação da Liderança do BDPD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício de Otônio Ribeiro Furtado, Promotor de Justiça, encaminhando resposta ao ofício da Comissão em que se solicita a interdição do CERESP de Juiz de Fora. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Luiz Tadeu Leite procede à leitura de seu relatório final. Na fase de discussão, fazem uso da palavra, os Deputados Irani Barbosa, Alberto Bejani, Luiz Tadeu Leite e Ermano Batista, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Irani Barbosa apresenta diversos documentos, e o Presidente determina sejam arquivados junto com os demais anexos da Comissão. Colocado em votação, é o parecer aprovado, juntamente com as propostas de emenda sugeridas pelos Deputados durante a fase de discussão. A seguir, o Presidente suspende a reunião, para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, o Deputado Ermano Batista, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Irani Barbosa - Alberto Bejani.

ATA DA 103ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia onze de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Cristiano Canêdo e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Mauro Lobo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir o convidado para apresentação do histórico e diagnóstico da aplicação de recursos para o fomento e amparo à pesquisa realizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Geraldo de Freitas Drumond, Presidente da FAPEMIG; Geraldo Bicalho Calçado, Presidente da Câmara Municipal de Ubá, e Solange Soares Nobre, da Superintendência de Apoio à Escola e ao Estudante da Secretaria da Educação. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.424 e 2.457/2002 (Deputado Antônio Carlos Andrada) e 2.175/2002 (Deputado José Henrique), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.381/2002 é retirado da pauta por determinação do Presidente por não cumprir os pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.175/2002 (relator: Deputado José Henrique); 2.424/2002 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada), que receberam parecer por sua aprovação na forma proposta; e 2.457/2002 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada), que recebeu parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se a 3ª Fase da Ordem do Dia compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É aprovada, após discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 2.317/2002. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir o convidado que discorrerá sobre o histórico e o diagnóstico da aplicação de recursos para o fomento e amparo à pesquisa feitos pela FAPEMIG. Registra-se a presença dos Srs. Naftale Katz, Diretor Científico da FAPEMIG, Antônio Orlando Macedo Ferreira, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC - e Edvardo Andrade Santa Cecília, professor da FAE - "campus" Belo Horizonte - da UEMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Paulo Piau, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 66ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Maria Olívia e Dilzon Melo (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Prosseguindo, a Presidente informa que não há matéria a ser apreciada e convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Mauro Lobo - Ambrósio Pinto.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús, Amílcar Martins, Antônio Genaro e Elaine Matozinhos, para as reuniões a serem realizadas no dia 16/12, às 14h30min; nos dias 17, 19 e 20/12, às 9h30min e às 14h30min; e no dia 18/12, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2002.

Dimas Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/12/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.277/2002, do Deputado Anderson Aduato, e 2.463/2002, do Tribunal de Justiça, e sobre os Projetos de Lei Complementar nºs 54 e 55/2002, do Procurador-Geral de Justiça.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira, Kemil Kumaira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/12/2002, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar, em 2º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.877/2001 e 2.189/2002.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 12/12/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila (2), dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Auxiliadora Horta Duarte e da Sra. Maristela Horta Duarte, ocorrido em 9/12/2002 em Diamantina. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/11/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bené Guedes

exonerando, a partir de 16/12/2002, Claudia Martins da Costa Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando, a partir de 16/12/2002, Marina Ferraz Venturi do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Claudia Martins da Costa Almeida para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Marina Ferraz Venturi para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 16/12/2002, Maria José Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria José Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Centro de Tomografia Computadorizada de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 60 meses, a partir de 2/12/2002. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.766/2001

No art. 2º da Redação Final do Projeto de Lei nº 1.766/2001, publicada no "Diário de Legislativo" de 12/12/2002, na pág. 24, col. 1, onde se lê:

"Anexo da II Lei nº 12.727", leia-se:

"Anexo II da Lei nº 12.727".